

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA CENTRO DE EDUCAÇÃO CURSO DE PEDAGOGIA

MARIA CLARA ALVES RIBEIRO ELIAS

Mobral: práticas de educação e doutrinação na Ditadura Militar

JOÃO PESSOA – PB

2026

MARIA CLARA ALVES RIBEIRO ELIAS

Mobral: práticas de educação e doutrinação na Ditadura Militar

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal da Paraíba em cumprimento às exigências para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia, orientado pelo Prof. Dr. Vanderlan Paulo de Oliveira Pereira.

JOÃO PESSOA – PB

2026

Catalogação na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

E42m Elias, Maria Clara Alves Ribeiro.
Mobral: práticas de educação e doutrinação na ditadura militar / Maria Clara Alves Ribeiro Elias. - João Pessoa, 2026.
78 f. : il.

Orientação: Vanderlan Paulo de Oliveira Pereira.
Trabalho de Conclusão de Curso - (Graduação em Pedagogia) - UFPB/CE.

1. MOBRAL. 2. Ditadura militar. 3. Educação de Jovens e Adultos (EJA). 4. Alfabetização funcional. 5. Doutrinação. I. Pereira, Vanderlan Paulo de Oliveira. II. Título.

UFPB/CE CDU 374.7(043.2)

Elaborado por JANETE SILVA DUARTE - CRB-15/104

MARIA CLARA ALVES RIBEIRO ELIAS

MOBRAL: PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO E DOUTRINAÇÃO NA DITADURA MILITAR

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado em: 17/08/2026, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia, pela Universidade Federal da Paraíba.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
gov.br
VANDERLAN PAULO DE OLIVEIRA PEREIRA
Data: 01/09/2026 23:14:29-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Vanderlan Paulo de Oliveira Pereira (Orientador)
DME – UFPB

Prof. Dr. José Vaz Magalhães Neto
DME – UFPB

Prof. Dr. Vinicius Martins Varella
DME – UFPB

RESUMO

Durante o período da Ditadura Militar no Brasil, que ocorreu de 1964 a 1985, o governo autoritário focou na luta contra atividades vistas como subversivas, colocando isso como uma prioridade em sua agenda. Eles conectaram o setor educacional às diretrizes ideológicas da Guerra Fria. Assim, o Movimento Brasileiro de Alfabetização, conhecido como MOBRAL, que foi criado em 1967 e ampliado nos anos 1970, tornou-se a principal iniciativa voltada para a alfabetização de jovens e adultos. Este estudo tem como finalidade examinar a atuação do MOBRAL, considerando as tensões entre a retórica de acesso à educação e as táticas de controle ideológico e doutrinação implementadas pelo regime militar. A abordagem metodológica adotada é qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, baseada em pesquisa bibliográfica e na análise de documentos. A principal fonte utilizada é o material intitulado *A Aventura do Homem: A Indústria, do Programa de Educação Integrada do MOBRAL*, publicado entre 1973 e 1974. Os achados mostram que, enquanto as iniciativas de educação popular anteriores a 1964, que seguiam a visão de Paulo Freire, visavam a conscientização e o desenvolvimento crítico dos indivíduos, o MOBRAL alterou a educação para um enfoque mais funcional e prático. A investigação do conteúdo didático evidenciou que a formação voltada para o trabalho e o progresso industrial estava ligada à disseminação de valores de produtividade e civismo, integrando os aprendizes ao projeto de desenvolvimento e conformidade social promovido pelo regime. Em resumo, o MOBRAL foi uma experiência paradoxal: atendeu a uma necessidade social real ao ampliar o acesso à alfabetização em todo o país, porém, o fez por meio da utilização do ensino e da restrição do potencial libertador da Educação de Jovens e Adultos.

Palavras-chave: MOBRAL. Ditadura Militar. Educação de Jovens e Adultos. Alfabetização Funcional. Doutrinação.

ABSTRACT

During the Military Dictatorship in Brazil (1964–1985), the authoritarian regime prioritized the fight against activities deemed subversive, aligning the educational sector with the ideological directives of the Cold War. Within this context, the Brazilian Literacy Movement (MOBRAL), created in 1967 and expanded throughout the 1970s, became the primary initiative for youth and adult literacy. The purpose of this study is to examine the performance of MOBRAL by addressing the tensions between the rhetoric of access to education and the tactics of ideological control and indoctrination implemented by the military regime. The methodological approach adopted is qualitative, exploratory, and descriptive in nature, based on bibliographic research and document analysis. The main primary source utilized is the material titled A Aventura do Homem: A Indústria, from the Integrated Education Program of MOBRAL, published between 1973 and 1974. The findings show that while popular education initiatives prior to 1964, following Paulo Freire's perspective, aimed at learners' critical awareness and development, MOBRAL shifted education toward a more functional and pragmatic approach. The investigation of the instructional content revealed that training focused on work and industrial progress was linked to the dissemination of productivity and civic values, integrating learners into the regime's project of development and social conformity. In summary, MOBRAL was a paradoxical experience: it met a real social need by expanding access to literacy nationwide, yet it did so through the instrumentalization of teaching and the restriction of the liberating potential of Youth and Adult Education.

Keywords: MOBRAL. Military Dictatorship. Youth and Adult Education. Functional Literacy. Indoctrination.

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

AGGS – AGGS Indústrias Gráficas S.A.

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

COEST – Coordenações Estaduais

COMUN – Comissões Municipais

CPC – Centro Popular de Cultura

Dr. – Doutor

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EUA – Estados Unidos da América

MEC – Ministério da Educação e

Cultura **MEB** – Movimento de Educação

de Base **MCP** – Movimento de Cultura

Popular

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização

PAF – Programa de Alfabetização Funcional

PB – Paraíba

PEI – Programa de Educação Integrada

PNA – Plano Nacional de Alfabetização

Prof. – Professor

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 9

2. OBJETIVOS 13

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 14

4. CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DURANTE A DITADURA MILITAR NO BRASIL (1964 – 1985) 15

5. DESENVOLVIMENTO DO MOBRAL: AVANÇOS E RETROCESSOS 22

6. ANÁLISE DOCUMENTAL DO MOBRAL: CONCEPÇÕES, PRÁTICAS E CONTRADIÇÕES 31

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....39

REFERÊNCIAS 44

ANEXO - FASCÍCULO A AVENTURA DO HOMEM: A INDÚSTRIA (MOBRAL, 1973/1974)48

1. INTRODUÇÃO

A educação de jovens e adultos (EJA) no Brasil tem uma trajetória marcada por uma série de obstáculos de natureza histórica, social e política. Durante a história do Brasil, o acesso à educação esteve intimamente ligado às desigualdades sociais presentes no país, resultando na exclusão de uma parte significativa da população do sistema educacional. Nesse cenário, a alfabetização de jovens e adultos tornou-se um tema central nos debates sobre política educacional, especialmente em função da necessidade de reduzir as altas taxas de analfabetismo e aumentar o acesso da população à educação.

Para entender essa trajetória, é preciso levar em conta que as políticas educacionais não são criadas de forma isolada do contexto histórico em que surgem. Os objetivos da educação, os conteúdos escolhidos e as maneiras de estruturar as práticas educativas também estão ligados aos projetos políticos e sociais de cada época. Portanto, entender a Educação de Jovens e Adultos durante a Ditadura Militar brasileira implica analisar não só as ações voltadas à alfabetização, mas também as conexões entre educação, Estado, sociedade e os interesses envolvidos naquele cenário.

Antes do golpe de 1964, o Brasil passava por um período de grande mobilização em relação à educação popular e à alfabetização de jovens e adultos. Diversas iniciativas buscavam combater o analfabetismo e, simultaneamente, criar métodos de ensino que levassem em conta a realidade dos indivíduos. Durante esse tempo, houve uma mobilização em torno da educação das camadas populares, com a participação de movimentos como o Movimento de Cultura Popular (MCP)[1], o Movimento de Educação de Base (MEB)[2], os Centros Populares de Cultura (CPC)[3] e a Campanha de Educação Popular da Paraíba (CEPLAR)[4].

[1] Originado em Recife, Pernambuco, no ano de 1960, o MCP foi moldado pela corrente francesa *Peuple et Culture* e tinha como meta libertar o povo através da educação e da cultura. Santos e Brayner (2023) afirmam que sua abordagem educacional focava em especial nas comunidades necessitadas de Recife e pretendia conectar o aprendizado às experiências e saberes cotidianos dos alunos.

[2] A Educação de Base era uma forma de ensino que foi estabelecida no Brasil e na América Latina antes do termo "educação popular" se tornar comum, sendo vista como a abordagem pedagógica do Movimento de Educação de Base (MEB).

[3] De acordo com Viana (2021), o Centro Popular de Cultura (CPC) nasceu no Rio de Janeiro, em 1961, reunindo dramaturgos, músicos, cineastas e escritores. O movimento buscava levar conscientização política, alfabetização e acesso à cultura às classes trabalhadoras, defendendo que a cultura não deveria ser elitista, mas assumir um caráter "nacional-popular", capaz de produzir ferramentas para a emancipação social.

[4] Se iniciou na Paraíba entre 1961 e 1964, foi um movimento inovador de caráter político e educacional, que se inspirou fortemente nas abordagens de Paulo Freire. Scocuglia (2008) afirma que baseado em investigações históricas, o projeto usava a alfabetização de adultos e jovens como um meio de promover a conscientização

Dentre essas experiências, se destacou a proposta de Paulo Freire, que entendia a alfabetização como algo além do domínio técnico da leitura e da escrita. A educação era concebida com base na realidade dos alunos, em suas vivências e em seu envolvimento no processo de ensino-aprendizagem. Assim, a alfabetização também adquiria uma dimensão de formação crítica, possibilitando que os indivíduos relacionassem o conhecimento adquirido com a realidade social em que viviam.

Nesse cenário, o Plano Nacional de Alfabetização (PNA) foi estabelecido em 1964, com a supervisão de Paulo Freire. No entanto, a continuidade da proposta foi interrompida pelo golpe militar que ocorreu no mesmo ano. As experiências de educação popular em andamento no país foram afetadas pela mudança política resultante do golpe, o que levou à interrupção, repressão e desarticulação de iniciativas destinadas à participação popular e ao desenvolvimento de uma formação crítica.

A partir de 1964, o Estado passou a exercer maior controle sobre as políticas educacionais e sobre os processos de formação desenvolvidos no país. A educação começou a fazer parte de um projeto político caracterizado pelo autoritarismo e, simultaneamente, de um projeto de desenvolvimento econômico que conferia à formação dos indivíduos certas responsabilidades sociais e produtivas. Nesse contexto, entender a educação como uma prática desvinculada das relações políticas e sociais de um determinado período pode restringir a compreensão de seus próprios objetivos. Como afirma Saviani (2020, p. 15), "agir como se a educação fosse isenta de influência política é uma forma eficiente de colocá-la a serviço dos interesses dominantes". Essa compreensão é importante para analisar as políticas educacionais desenvolvidas durante a Ditadura Militar, uma vez que permite observar a educação não apenas como um meio de transmissão de conhecimentos, mas também como um espaço relacionado aos interesses e projetos presentes na sociedade.

O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) surgiu instituído pela Lei n.º 5.379, de 15 de dezembro de 1967, visava promover a alfabetização funcional e a educação continuada de adolescentes e adultos. A criação do MOBRAL simbolizou uma ação nacional contra o analfabetismo e fez com que o programa ocupasse uma posição proeminente nas políticas de Educação de Jovens e Adultos durante a Ditadura Militar.

---

crítica e a politização, envolvendo estudantes universitários e intelectuais de ideologia esquerdista para mobilizar as classes populares. Devido ao seu potencial transformador e à sua crítica à estrutura social existente, a Ceplar começou a ser vigiada de forma rigorosa pelas autoridades repressivas e foi abruptamente interrompida e perseguida após o golpe militar de 1964.

Porém, a existência de uma demanda social específica não implica que a política criada para enfrentar as taxas de analfabetismo do país esteja desconectada dos interesses do Estado. O MOBRAL foi estabelecido durante um período autoritário e começou a desenvolver uma abordagem de alfabetização distinta das experiências de educação popular que precederam o golpe. A alfabetização funcional ganhou mais relevância ao alinhar o processo educacional às demandas consideradas práticas para o dia a dia e para a integração das pessoas no mercado de trabalho.

Ao estudarem o projeto MOBRAL no âmbito da Ditadura Militar, Silva e Valdez (2024) ressaltam precisamente esse aspecto da política, evidenciando seu caráter economicista, tecnicista, individual e instrumental, bem como a ênfase em uma escolarização funcional e acelerada. As autoras também conectam o projeto à inclusão dos analfabetos no mercado de trabalho e à imposição de valores associados à ordem ditatorial.

Nesse contexto, Arruda (2018) ajuda a entender que o MOBRAL substituiu o programa de alfabetização vinculado a Paulo Freire, porém foi criado com objetivos distintos, adaptados ao cenário autoritário da Ditadura Militar. A autora também destaca a existência de objetivos ideológicos no programa, os quais não atendiam completamente às necessidades da Educação de Jovens e Adultos.

A distinção entre essas propostas é crucial para este estudo, pois possibilita investigar não só se o MOBRAL promovia a alfabetização, mas também que tipo de formação era proporcionada aos indivíduos que integravam o programa. Não se pode avaliar a alfabetização apenas com base na quantidade de pessoas atendidas ou na abrangência territorial do programa. Também é preciso considerar os valores veiculados, os conteúdos escolhidos e as noções de sociedade que permeiam as práticas pedagógicas.

É nesse momento que se define a relação entre educação e doutrinação. Neste trabalho, a doutrinação não é compreendida apenas como a transmissão explícita de conteúdos políticos ou como um esforço direto para persuadir as pessoas a adotar uma determinada posição. Ela também pode ser observada na escolha dos saberes considerados relevantes, na valorização de certos comportamentos e na forma como determinadas visões de sociedade são transmitidas aos indivíduos em formação.

Essa compreensão é relevante, pois a educação pode desempenhar várias funções, dependendo do contexto em que é aplicada. Em um regime autoritário, o controle das práticas educacionais pode ser exercido tanto por meio da repressão direta quanto pela determinação dos objetivos, conteúdos e estruturas do ensino. Portanto, para analisar uma

política educacional como o MOBRAL, é necessário observar como as diretrizes institucionais se refletiam nas práticas pedagógicas e nos recursos empregados ao longo do processo de alfabetização.

Nesse sentido, a pesquisa histórica sobre a educação durante a Ditadura Militar também exige cuidado para não produzir interpretações generalizantes. Galak, Sá e Chaloba (2025) chamam atenção para a necessidade de considerar as contradições, as diferentes representações em disputa e as formas pelas quais as políticas educacionais foram incorporadas e recontextualizadas pelos sujeitos que atuavam no campo educacional. Essa perspectiva é importante para este estudo porque permite analisar o MOBRAL dentro de seu contexto histórico sem reduzir toda a experiência do programa a uma única interpretação.

Com essa compreensão, é essencial analisar tanto os documentos oficiais que estabeleceram o MOBRAL quanto os materiais criados para serem usados no processo educacional. Esses materiais possibilitam a análise dos conhecimentos que eram oferecidos aos educandos e dos valores que estavam vinculados a esses conhecimentos. Assim, a análise de documentos ajuda a alinhar a discussão sobre a política educacional com as práticas realmente implementadas pelo programa.

Nesse contexto, este estudo faz uma análise do fascículo *A Aventura do Homem: A Indústria*, que faz parte da coleção *Enciclopédia Fundamental*, criada no âmbito do Programa de Educação Integrada do MOBRAL. O documento contém informações sobre industrialização, trabalho, produtividade e desenvolvimento, permitindo que se observe como esses tópicos eram abordados em um material voltado para a educação de jovens e adultos.

A análise desse material permite observar como as dimensões educativa e ideológica poderiam estar interligadas. Os conteúdos abordados não se limitavam ao ensino de conhecimentos básicos, mas também incluíam valores ligados à organização do trabalho, produtividade, desenvolvimento industrial e progresso. Assim, a educação poderia ajudar na formação dos indivíduos de acordo com as expectativas sociais e econômicas estabelecidas pelo regime.

No entanto, admitir essa dimensão não implica dizer que o MOBRAL possa ser entendido unicamente como um meio de doutrinação. Além disso, o programa atendeu a uma demanda educacional do país e expandiu as oportunidades de alfabetização para jovens e adultos. Para evitar que a análise seja reduzida a uma única interpretação, essa particularidade deve ser levada em consideração. O ponto central reside na convivência

dessas duas dimensões: a expansão do acesso à alfabetização e a incorporação dessa política em um projeto educacional implementado durante um período autoritário.

Essa contradição é um dos fatores que fazem do MOBRAL um tema relevante para a História da Educação. O programa permitiu que milhares de pessoas se tornassem alfabetizadas, mas essa expansão ocorreu dentro de uma proposta que priorizava a funcionalidade da educação e sua conexão com as demandas econômicas e políticas da época.

A escolha por este tema também está ligada ao interesse na Educação de Jovens e Adultos e na trajetória da educação no Brasil. O contato com a EJA durante a formação em Pedagogia despertou o interesse em entender a construção histórica dessa modalidade e as diferentes concepções de alfabetização que a acompanharam ao longo dos anos. A interação com a Ditadura Militar permitiu a observação de uma experiência em que educação, política e formação dos indivíduos estavam interligadas.

Assim, a relevância desta pesquisa mora na capacidade de entender uma política educacional que teve um impacto significativo na alfabetização de jovens e adultos no Brasil, levando em conta não só sua dimensão institucional, mas também as práticas pedagógicas e os valores contidos nos materiais produzidos ao longo de sua implementação. Estudar o MOBRAL permite refletir sobre as diferentes finalidades que podem ser atribuídas à educação e sobre as relações existentes entre o direito à escolarização e os projetos políticos desenvolvidos pelo Estado.

Nesse cenário, este estudo se baseia na seguinte pergunta: como as práticas educativas implementadas pelo Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) estiveram vinculadas às táticas de doutrinação e controle ideológico durante a Ditadura Militar brasileira?

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral: Analisar a atuação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) no contexto da educação durante a Ditadura Militar, investigando as tensões entre o discurso de acesso à educação e as práticas de controle ideológico e doutrinação promovidas pelo regime.

2.2 Objetivos Específicos:

- Apresentar o contexto histórico da Educação de Jovens e Adultos durante a Ditadura Militar no Brasil.

- Identificar as principais propostas, finalidades e limites pedagógicos do MOBRAL no processo de escolarização
- Analisar uma documentação oficial da época do MOBRAL, confrontando o projeto institucional do Estado militar com a literatura crítica especializada.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo se caracteriza por ser uma pesquisa de abordagem qualitativa com foco exploratório-descritivo, fundamentada em um delineamento metodológico que inclui pesquisa bibliográfica e documental. Em relação à abordagem do problema, a pesquisa adota um viés qualitativo, pois busca compreender a dinâmica dos elementos históricos, sociais e políticos relacionados ao Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) e à Educação de Jovens e Adultos durante a Ditadura Militar. Essa perspectiva permite uma análise crítica dos significados e impactos dessa política educacional no contexto brasileiro, indo além da simples medição quantitativa de dados.

A pesquisa em questão discute aspectos exploratórios e descritivos, alinhando-se aos objetivos propostos. É considerada exploratória porque busca aprofundar o entendimento sobre o tema e elaborar reflexões mais detalhadas sobre a atuação do MOBRAL durante o regime autoritário. Simultaneamente, é descritiva, pois tem o objetivo de identificar, registrar e analisar as características da política pública adotada na alfabetização de adultos naquele período. No que se refere aos procedimentos técnicos, o estudo faz uso da pesquisa bibliográfica e documental. A parte bibliográfica é baseada em fontes publicadas e analisadas por outros, incluindo livros, artigos científicos, dissertações e teses.

Já a pesquisa documental tem como fonte o fascículo A Aventura do Homem: A Indústria, produzido no contexto de atuação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). O documento foi localizado no Acervo Histórico do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), disponibilizado em formato digital para consulta online, constituindo-se como fonte documental para a análise desenvolvida neste estudo. A utilização desse material possibilita o contato com uma fonte produzida no contexto histórico investigado, permitindo analisar os conteúdos e elementos presentes no material destinado às ações educativas do período. Esta abordagem é fundamentada nas diretrizes de Gil (2002), que explica que a pesquisa documental se assemelha à bibliográfica, mas se diferencia pelo emprego de materiais que ainda não

foram objeto de análise prévia ou que podem ser revisitados à luz de novas questões. A combinação dessas duas abordagens permite confrontar o discurso oficial e normativo do MOBRAL com a literatura crítica especializada, garantindo uma base teórico-metodológica mais sólida para a investigação.

Segundo Freire (1989), a alfabetização deve estar ligada à realidade social dos sujeitos, ultrapassando a simples decodificação das palavras. Dessa forma, serão utilizados autores que discutem alfabetização, educação popular, Educação de Jovens e Adultos e políticas educacionais, como Paulo Freire, Sérgio Haddad, Maria Clara Di Pierro, Osmar Fávero, Vanilda Paiva, Luiz Antônio Cunha, Moacyr de Góes ~~e~~ entre outros.

4. CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DURANTE A DITADURA MILITAR NO BRASIL (1964 – 1985)

A educação é um componente essencial na estruturação da sociedade, estando diretamente ligada aos contextos políticos, econômicos e sociais de cada época histórica. Assim, entender os processos educacionais requer também a compreensão das relações de poder, dos interesses do Estado e das mudanças sociais que marcam um determinado período histórico. Nesse contexto, a educação brasileira foi fortemente influenciada pelo autoritarismo, repressão política e reformas educacionais durante a Ditadura Militar (1964-1985). “A educação foi um dos setores mais impactados pelo regime autoritário instituído em 1964” (Galak; Sá; Chaloba, 2025, p. 1), tanto pela repressão direcionada a estudantes e docentes quanto pelo uso das instituições de ensino como ferramentas de controle ideológico e doutrinação.

A trajetória da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil está diretamente relacionada às disparidades sociais e educacionais que foram historicamente construídas no país. Por várias décadas, uma grande parte da população brasileira ficou sem acesso à educação básica, como demonstram os elevados índices de analfabetismo no início do século XX. Segundo Haddad e Di Pierro (2000, p. 110), o censo de 1920 apontava que cerca de 72% da população acima de cinco anos permanecia analfabeta. Durante esse tempo, a educação de jovens e adultos ainda não era reconhecida como uma modalidade específica de ensino, pois a preocupação educacional estava principalmente voltada para o ensino fundamental das crianças.

Com o avanço da industrialização e da urbanização brasileira, sobretudo a partir da década de 1930, a educação passou a assumir maior importância dentro dos projetos de desenvolvimento nacional. O Estado ampliou gradativamente sua atuação no campo educacional, buscando responder tanto às demandas sociais quanto às necessidades econômicas do país. Nesse contexto, a educação de adultos passou a ser percebida não apenas como um direito social, mas também como mecanismo de formação da força de trabalho e de integração das camadas populares ao projeto de modernização nacional. Além disso, entre as décadas de 1950 e 1960, emergiram importantes movimentos de educação popular que defendiam uma proposta educativa mais crítica e voltada à conscientização social dos sujeitos. Para Haddad e Di Pierro (2000), a educação de adultos passou a ser reconhecida como "um poderoso instrumento de ação política", especialmente pelas contribuições de experiências ligadas à educação popular e às ideias de Paulo Freire.

"Os movimentos de educação e cultura populares foram reprimidos" (Haddad e Di pierro, 2000, p. 113). Com o golpe militar de 1964, muitos movimentos educacionais e culturais populares foram censurados, interrompendo experiências voltadas à participação política e à formação crítica da população. Assim, compreender a trajetória da Educação de Jovens e Adultos durante a Ditadura Militar torna-se fundamental para analisar as relações entre educação, poder e sociedade no Brasil. Desse modo, este capítulo tem como objetivo discutir o contexto histórico da EJA no período da Ditadura Militar brasileira, buscando compreender os impactos políticos, sociais e educacionais desse regime sobre a EJA.

O golpe civil-militar de 1964 marcou uma mudança importante na política brasileira, estabelecendo um regime autoritário que se manteve no poder por mais de vinte anos, iniciando com a deposição do presidente João Goulart que aconteceu em um cenário de profundas tensões políticas, econômicas e sociais, permeadas pela polarização ideológica típica da Guerra Fria. De acordo com Napolitano (2024), o golpe de 1964 pode ser entendido por meio de diversas interpretações historiográficas, que incluem tanto a conspiração planejada entre setores civis e militares quanto a radicalização política ocorrida naquele período histórico. O fortalecimento dos movimentos populares, as propostas das Reformas de Base e o discurso anticomunista promovido pelas elites conservadoras e pelos setores militares foram alguns dos elementos que levaram à derrubada de Goulart.

Ainda conforme Napolitano (2024), a coalizão que articulou o golpe era formada por "governadores e políticos opositores", além de "lideranças militares e empresariais ligadas à

Embaixada dos EUA". "[...] sempre pautados pelo discurso anticomunista e pelo elitismo antipopular" (Napolitano, 2024, p. 9), evidenciando o medo das elites frente à intensificação da mobilização popular e às propostas reformistas defendidas na época. Assim, o golpe não deve ser visto apenas como uma ação isolada das Forças Armadas, mas como consequência de uma articulação civil-militar que busca estabelecer um novo projeto político e econômico para o país.

Com a consolidação do golpe, o Brasil passou a viver sob um regime caracterizado pelo autoritarismo, repressão política e restrição das liberdades democráticas. A promulgação do Ato Institucional em 9 de abril de 1964 conferiu uma base jurídica mais sólida ao novo governo e expandiu os instrumentos de controle do Estado. Nesse cenário, houve um aumento das práticas de censura, perseguições políticas, cassações e repressão aos movimentos sociais e estudantis.

A Ditadura Militar, além de reprimir politicamente, também fez mudanças significativas na educação. Durante esse período, o Estado começou a ver a educação como uma ferramenta estratégica para o desenvolvimento econômico e para o controle ideológico da população. Enquanto lutava contra propostas educacionais vistas como críticas ou subversivas, o governo também buscava criar uma mão de obra qualificada para o processo de industrialização e modernização econômica. Desse modo, as instituições de ensino começaram a desempenhar um papel crucial no controle social e na propagação dos valores sustentados pelo regime militar, destacando a íntima conexão entre educação, política e poder durante a Ditadura Militar no Brasil.

A história da educação brasileira foi marcada, durante longos períodos, pela precariedade do acesso à escolarização e pela exclusão das classes populares dos espaços formais de ensino. Durante o século XX, o sistema educacional brasileiro evoluiu de forma desigual, espelhando as contradições sociais, econômicas e políticas que permeavam a sociedade. Nesse cenário, os elevados níveis de analfabetismo, a falta de políticas públicas voltadas para a educação e as disparidades regionais mostravam que a educação ainda estava inacessível para uma grande parte da população brasileira. "A expansão do ensino, todavia, apesar de grande, foi deficiente, tanto em seu aspecto quantitativo, quanto em seu aspecto estrutural" (Romanelli, 1984, p. 15).

Nesse período, a educação formal esteve predominantemente entre os grupos economicamente favorecidos, ao passo que as classes trabalhadoras enfrentavam diversos

obstáculos para acessar e permanecer na escola. O abandono escolar e a persistência do analfabetismo em várias regiões do país eram fortemente influenciados pela pobreza, pela pressão para ingressar precocemente no mercado de trabalho e pela falta de investimentos adequados na educação pública. Nesse sentido, Romanelli (1984), menciona que existia uma grande discriminação no sistema educacional brasileiro mostrando que as desigualdades na educação estavam diretamente ligadas às desigualdades sociais que foram construídas ao longo da história no Brasil.

Ademais, o crescimento econômico e o progresso da industrialização brasileira geraram mudanças importantes nas necessidades educacionais do país. Com o aumento da urbanização e da expansão industrial, tornou-se imprescindível elevar os níveis de escolaridade da população para atender às demandas do crescimento econômico e do mercado de trabalho. Assim, a escola começou a desempenhar um papel crucial na formação de trabalhadores capazes de atender às exigências produtivas impostas pelo avanço do capitalismo no Brasil.

Dermeval Saviani também aborda essa conexão entre educação e estrutura social, particularmente sob a ótica da pedagogia histórico-crítica. De acordo com o livro "*Educação, pedagogia histórico-crítica e BNCC*", a educação tem uma ligação direta com as lutas sociais e a formação da classe trabalhadora. A partir dessa perspectiva, Saviani (2020) compreende que a educação não pode ser analisada de maneira neutra ou isolada das relações sociais. Na sociedade de classes, o acesso ao conhecimento historicamente produzido ocorre de maneira desigual, favorecendo grupos privilegiados em detrimento das classes trabalhadoras. Conforme destacado na obra, “na sociedade de classes a distribuição da produção não é feita de forma igualitária” (Galvão, 2025, p. 8), o que contribui para a manutenção das desigualdades educacionais e sociais.

Essas conexões entre educação, economia e poder se tornaram ainda mais claras durante a Ditadura Militar, que começou em 1964. O regime militar começou a empregar a educação como uma ferramenta estratégica tanto para o crescimento econômico quanto para o reforço do projeto político autoritário estabelecido no país. Nesse cenário, ganharam destaque as abordagens educacionais focadas na eficiência produtiva e na racionalização do ensino. Conforme destaca Saviani (2013), a pedagogia tecnicista foi inspirada nos “princípios de racionalidade, eficiência e produtividade”, defendendo “a reordenação do processo educativo de maneira a torná-lo objetivo e operacional” (Saviani, 2013, p. 381). Dessa forma, a

educação passou a atender às demandas do modelo econômico adotado durante o regime militar.

Durante a Ditadura Militar, a educação esteve fortemente ligada aos interesses políticos e econômicos do regime. Enquanto procurava expandir certos níveis de escolarização essenciais para o progresso industrial, o Estado também reforçava instrumentos de controle ideológico e disciplina social por meio das instituições de ensino. Desse modo, a escola começou a exercer não só uma função educativa, mas também um papel crucial na reprodução das estruturas sociais e dos valores promovidos pelo regime militar, evidenciando a íntima conexão entre educação, sociedade e poder no Brasil.

Antes do surgimento do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil recebeu uma influência considerável das experiências de educação popular realizadas principalmente nas décadas de 1950 e 1960. Essas ações surgiram em um cenário caracterizado por altos níveis de analfabetismo e pela exclusão de grandes parcelas da população do acesso à educação formal. Nesse contexto, a alfabetização passou a ser entendida não apenas como a aquisição de habilidades de leitura e escrita, mas também como um fenômeno social, cultural e político, com o objetivo de aumentar a participação cidadã.

Vários movimentos e campanhas ajudaram a consolidar essa visão, incluindo o Movimento de Educação de Base (MEB), o Movimento de Cultura Popular (MCP), o Centro Popular de Cultura (CPC) e várias iniciativas locais de alfabetização. Essas ações se baseavam na ideia de que os processos de ensino e aprendizagem deveriam estar conectados às condições reais de vida dos alunos, valorizando seus conhecimentos, suas vivências e suas formas de organização social.

Nesse sentido, a educação popular visava superar métodos pedagógicos focados apenas na transmissão de conteúdos, fomentando espaços para diálogo e reflexão crítica acerca da realidade social. Desse modo, os educandos eram vistos como agentes ativos no processo de ensino-aprendizagem, habilitados para interpretar sua realidade e contribuir para sua transformação. Assim, essas experiências serviram como referências significativas para a educação brasileira, particularmente na criação de propostas pedagógicas que promovem a inclusão social, valorizam a cultura popular e fortalecem a participação democrática.

O contexto educacional brasileiro da época foi diretamente relacionado à importância dessas experiências. Embora houvesse mudanças econômicas e o processo de urbanização em

andamento, uma parcela significativa da população ainda estava à margem dos sistemas de ensino formais, o que limitava não só o acesso ao conhecimento, mas também a participação mais ativa na vida social. Gonçalves e Zitkoski (2019, p. 8) comentam a respeito dessa situação:

> As crianças e os jovens compunham as bases de uma pirâmide inaceitável, como um grande contingente de alunos fora da escola, em situação de defasagem idade-série ou de inclusão precária, na medida em que se verticalizava para o ensino médio, até o patamar da universidade. Da mesma forma, as pessoas adultas, caminhando para os espaços rurais e/ou urbanos mais desenvolvidos, ficavam distantes de uma comunicação e de uma participação social mais efetiva, em razão da falta de acesso à leitura e à escrita.

Nesse contexto, a alfabetização de jovens e adultos começou a ser vista como uma oportunidade para promover a inclusão social e fortalecer a cidadania. As contribuições de Paulo Freire se tornaram importantes nesse cenário. Sua proposta pedagógica defendia uma interação dialógica entre educador e educando, na qual o saber fosse construído de forma coletiva a partir das vivências concretas dos indivíduos. Segundo Freire (1970), a educação deve ser construída por meio do diálogo entre educador e educando, pois ambos aprendem e produzem conhecimento ao se depararem com a realidade. Portanto, a alfabetização não deve se restringir ao domínio técnico da leitura e da escrita, mas sim promover a compreensão crítica da realidade e incentivar a participação ativa das pessoas na mudança de suas condições de vida.

Conforme discutem Haddad e Di Pierro (2021), os princípios da educação popular inspirados pelo pensamento freireano não permaneceram restritos às experiências de alfabetização, mas influenciaram diferentes formas de organização social. Nesse sentido,

> Foi nas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica, nos grupos de mulheres das periferias urbanas, nos movimentos contra a carestia, no novo sindicalismo, nos movimentos de trabalhadores rurais e em tantos outros espaços da vida da população que a ideia de se reunir para partilhar problemas, dialogando com diferentes sabereres e culturas, viria a se constituir em ações voltadas a um projeto de transformação social emancipatória. (Haddad; Di Pierro, 2021, p. 18).

Assim, a educação popular desempenhou um papel crucial na criação de práticas educativas que promovem a participação social, valorizam os indivíduos e democratizam o conhecimento. No entanto, esse movimento foi abruptamente interrompido após o golpe civil-militar de 1964. As vivências que fomentavam a organização popular e a formação crítica começaram a ser consideradas como riscos ao novo regime, tornando-se objeto de perseguições e limitações. Vários projetos foram desmantelados e muitas atividades de educadores foram interrompidas, incluindo as de Paulo Freire, que foi preso e depois exilado.

A repressão às iniciativas de educação popular constituiu uma quebra importante no progresso de propostas educativas focadas na emancipação dos indivíduos. Nesse cenário, a educação de jovens e adultos começou a ser reestruturada com base em novas diretrizes políticas, que estavam mais em sintonia com os interesses do regime militar. Esse processo pavimentaria o caminho para a implementação de programas governamentais de alfabetização, como o MOBRAL.

Apesar das ações de educação popular implementadas no começo da década de 1960, o analfabetismo continuava sendo um dos maiores desafios educacionais do Brasil. Milhões de jovens e adultos estavam privados do direito à educação, evidenciando as desigualdades históricas que restringiam a participação social e a prática da cidadania. Nesse cenário, expandir as oportunidades educacionais para esse grupo populacional se tornou uma necessidade cada vez mais premente, tanto em função das demandas sociais quanto das condições estabelecidas pelo processo de modernização econômica do país.

Até o golpe civil-militar de 1964, várias iniciativas de educação popular tentavam combater o analfabetismo por meio de propostas que valorizavam o envolvimento dos indivíduos no processo educacional. Essas iniciativas, baseadas em ideias democráticas e emancipadoras, viam a alfabetização como uma ferramenta para conscientização e mudança social. No entanto, com a chegada do regime militar, essas experiências foram suspensas e seus principais participantes começaram a ser perseguidos. Silva e Valdez (2024) ressaltam que a prisão e o exílio de Paulo Freire representam a repressão às práticas educacionais que incentivavam a participação crítica da população e colocavam em risco os interesses do novo regime.

A partir desse ponto, se percebe uma alteração importante na ideia de alfabetização que o Estado brasileiro adotou. Ao passo que as experiências passadas priorizavam a formação crítica e a conscientização dos alunos, as novas políticas começaram a favorecer uma abordagem funcional da educação. A alfabetização deixou de ser vista principalmente como um processo de emancipação humana e passou a ser vinculada ao desenvolvimento de habilidades vistas como essenciais para a inserção produtiva das pessoas na sociedade. Nesse contexto, a educação começou a ser vista como uma ferramenta para o crescimento econômico e para a solidificação do projeto político apoiado pelos militares. O investimento na educação da população jovem e adulta visava não só expandir os direitos educacionais,

mas também qualificar os trabalhadores para atender às necessidades do mercado e ao processo de industrialização. Nesse contexto:

> A proposta integrava as peculiaridades educacionais apontadas no quadro que antecede este subitem, sobretudo, no que se refere ao processo de escolarização centrado no trabalho, em uma perspectiva de integração do analfabeto à força de trabalho. Quem não dominava o exercício da escrita e da leitura era considerado um ser improdutivo, desarticulado da sociedade, e o Mobral o integraria à força de trabalho promovendo-o enquanto ser humano, não por direito, mas sim por uma benevolência do Estado ditatorial, evidenciado no uso dos verbos "oferecer" e "integrar", que indicam doar, abonar, unificar; o desígnio do verbo erradicar presumia o analfabetismo como doença, termo utilizado sob o sentido de extirpar pragas ou parasitas (Silva; Valdez, 2024, p. 12).

Esse ponto de vista destaca que o regime militar observava a alfabetização de jovens e adultos como uma maneira de integrar a população de forma produtiva, colocando a educação a mercê dos interesses econômicos e do projeto de desenvolvimento promovido pelo Estado.

No entanto, esse processo foi marcado por importantes contradições. Por um lado, existiam as ideias defendidas por Paulo Freire e pelos movimentos de educação popular, que viam a alfabetização como um exercício de liberdade e desenvolvimento crítico dos indivíduos. Por outro lado, uma visão funcional se firmava, voltada para a adaptação das pessoas às demandas econômicas e administrativas do Estado. Durante o período militar, essa tensão entre formação crítica e formação funcional passou a ser um dos aspectos centrais das políticas educacionais voltadas para jovens e adultos.

Com a continuidade dos altos índices de analfabetismo, a interrupção das iniciativas de educação popular e a redefinição dos propósitos da alfabetização, o governo militar começou a desenvolver uma política nacional focada especificamente na educação de jovens e adultos. Nesse cenário, surgiu o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), considerado a principal estratégia do governo para combater o analfabetismo e integrar a população aos projetos de desenvolvimento apoiados pelo regime. O foco do próximo capítulo é entender este programa e seus objetivos.

5. DESENVOLVIMENTO DO MOBRAL: AVANÇOS E RETROCESSOS

O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) surgiu em um cenário de significativas mudanças políticas e educacionais no Brasil. Após o golpe civil-militar de 1964, o governo começou a reestruturar as políticas de educação de acordo com o plano de desenvolvimento nacional promovido pelo regime. Nesse intervalo, as iniciativas anteriores

de educação popular, como o Plano Nacional de Alfabetização (PNA), que se baseava nos métodos de Paulo Freire, foram suspensas, criando espaço para a elaboração de uma política de alfabetização que atendesse aos interesses estatais. Como Nascimento (2022) menciona, o MOBRAL assumiu o papel dessas iniciativas, simbolizando uma nova direção para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), que era caracterizada por um enfoque no desenvolvimento econômico e na formação de trabalhadores capazes de satisfazer as necessidades do processo de modernização[5] do país.

Além das transformações políticas, o panorama educacional no Brasil era caracterizado por altos níveis de analfabetismo. Embora as iniciativas de alfabetização promovidas nas décadas passadas tivessem intensificado a discussão sobre o direito à educação, a escolarização ainda era limitada para uma grande parte da população adulta e jovem. Essa situação começou a ser vista pelo governo militar como um impedimento ao desenvolvimento econômico e à inclusão social, o que levou à justificativa para estabelecer um programa nacional focado em reduzir rapidamente os níveis de analfabetismo. Nesse contexto, a alfabetização começou a ser vista como um pré-requisito para o avanço do país, ligando a educação à formação da força de trabalho e ao aumento da eficiência produtiva, em prejuízo de uma educação crítica e libertadora (Nascimento, 2022).

Nesse cenário que foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), através da Lei nº 5.379, datada de 15 de dezembro de 1967. Conforme a norma, o programa foi desenvolvido com o intuito de estimular a alfabetização funcional e a educação contínua para jovens e adultos, com foco inicial em indivíduos analfabetos com até trinta anos, e, em seguida, envolvendo aqueles com idade superior, garantindo a permanência das iniciativas educacionais sem considerar a faixa etária. Além disso, a lei definiu o MOBRAL como uma entidade com autonomia financeira e administrativa, encarregada de organizar em nível nacional as atividades de alfabetização, em colaboração com diversas instâncias do governo e com instituições tanto públicas quanto privadas.

Ao estabelecer a alfabetização funcional como o foco principal do programa, o regime militar pretendia ir além do simples aprendizado de ler e escrever de maneira básica. A intenção era proporcionar um conjunto de conhecimentos que ~~capacitará~~ capacitaria os indivíduos a realizar tarefas diárias e produtivas, ajudando assim no progresso econômico do

[5] De acordo com Castilho (2010), a modernização atua como a expansão territorial do capitalismo orientada pela ideologia desenvolvimentista. Esse processo fundamenta-se na renovação das bases técnicas e infraestruturais de produção, aliada a discursos políticos que naturalizam o avanço econômico como progresso social. Contudo, em países como o Brasil, sua imposição autoritária e seletiva aprofunda as desigualdades socioespaciais e a segregação em vez de gerar desenvolvimento pleno.

país. Sob essa ótica, o MOBRAL foi criado como uma política pública essencial, alinhada ao projeto de desenvolvimento do governo, onde a educação precisava atender às demandas de expansão econômica e à inclusão da população no mercado de trabalho. Como mencionam Lima, Macêdo e Souza (2022, p. 1), o sistema educacional sugerido pela ditadura "via, na educação de adolescentes e adultos, um meio para atingir o desenvolvimento econômico do Brasil".

O MOBRAL foi apresentado pelo governo como um grande projeto nacional de combate ao analfabetismo e de promoção do desenvolvimento. No entanto, mesmo que suas metas oficiais estivessem baseadas na melhoria do acesso à alfabetização e na formação educacional de jovens e adultos, sua origem estava diretamente ligada ao contexto político da Ditadura Militar e às ideias de educação que predominavam naquela época. Entender esse panorama é essencial para examinar o funcionamento do programa, os resultados obtidos e as contradições que acompanharam sua trajetória na história da educação brasileira.

Embora a criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) tenha ocorrido por meio da Lei nº 5.379, datada de 15 de dezembro de 1967, sua organização administrativa e operacional começou a ser realmente estabelecida a partir de 1970, sob o governo do presidente Emílio Garrastazu Médici. Formado como uma fundação ligada ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), o projeto dispunha de autonomia tanto administrativa quanto financeira, encarregando-se de coordenar em nível nacional as iniciativas de alfabetização voltadas para jovens e adultos. De acordo com Lima, Macêdo e Souza (2022), foi apenas na década de 1970 que as diretrizes operacionais estipuladas na legislação começaram a ser verdadeiramente aplicadas, reafirmando o MOBRAL como a principal política pública de alfabetização durante o regime militar.

O programa operava sob uma estrutura hierárquica que incluía a gestão central, as Coordenações Estaduais (COEST) e as Comissões Municipais (COMUN). A gestão central era responsável por estabelecer as diretrizes pedagógicas, criar materiais didáticos, alocar fundos e monitorar os resultados obtidos. As coordenações estaduais tinham a função de planejar e supervisionar, enquanto as comissões municipais cuidavam da mobilização dos alunos, escolha dos monitores, organização das turmas e disponibilização dos espaços para as aulas. Como relatam Lima, Macêdo e Souza (2022), o MOBRAL firmava parcerias com estados e municípios, oferecendo orientações técnicas, materiais didáticos e apoio financeiro, ao mesmo tempo em que exercia controle sobre o planejamento e a avaliação das atividades realizadas.

O financiamento do MOBRAL também reflete a extensão da política pública aplicada durante o período da Ditadura Militar. Além das verbas da União, de acordo com Silva, Honorato e Martin (2023), o programa recebia dinheiro de empresas estatais, do setor privado, recursos da Loteria Esportiva e incentivos ligados ao Imposto de Renda, visando assegurar a ampliação das iniciativas em nível nacional. De acordo com Silva, Honorato e Martin (2023), essa estrutura possibilitou que o programa atingisse quase todas as cidades brasileiras, mesmo que a implementação estivesse ligada à capacidade administrativa de cada região e às condições apresentadas pelas prefeituras locais.

A implementação do MOBRAL se deu por meio de acordos estabelecidos diretamente com os municípios, que aceitavam funções essenciais para o funcionamento diário do projeto. Era responsabilidade das prefeituras recrutar alfabetizadores e alunos, organizar salas de aula, normalmente localizadas em escolas, igrejas, sindicatos, associações comunitárias e outros locais públicos, além de assegurar a supervisão das atividades realizadas.

> Ocorreram convênios com comissões municipais para fornecer material didático, orientação técnica e recursos para o pagamento dos alfabetizadores. Os municípios deveriam mobilizar voluntários, analfabetos e alfabetizadores, e disponibilizar espaços para as aulas no período noturno, como escolas, igrejas, sindicatos e templos, com duração de cinco meses para a alfabetização funcional e, posteriormente, mais 12 meses de educação integrada. (Silva; Honorato; Martin, 2023, p. 4)

Os instrutores, muitas vezes chamados de monitores, passavam por um treinamento oferecido pela Fundação MOBRAL antes de começarem suas funções, com o objetivo de prepará-los para utilizar a metodologia do programa. No entanto, a capacitação focava na uniformização das práticas educacionais e na rápida formação dos educadores para atender à ampliação das iniciativas de alfabetização. Como apontam Silva, Honorato e Martin (2023), a execução do programa encontrou desafios ligados à falta de profissionais qualificados, mostrando deficiências na formação dos instrutores e na aplicação das práticas pedagógicas sugeridas.

No contexto da estrutura educacional, o Programa de Alfabetização Funcional (PAF) foi a principal ação educativa do MOBRAL, direcionada ao aprendizado de leitura, escrita e matemática para adultos e jovens. Após a alfabetização inicial, os alunos tinham a opção de prosseguir com seus estudos através do Programa de Educação Integrada (PEI), que visava permitir a conclusão das primeiras séries do antigo 1º grau em aproximadamente doze meses. Apesar de os documentos oficiais descreverem essa organização como parte de um sistema

educacional contínuo, fundamentado na continuidade do aprendizado, a metodologia utilizada continuava ligada aos mesmos princípios do PAF, empregando materiais didáticos padronizados e um método de avaliação estipulado pela administração central. Assim, embora houvesse um discurso que enfatizava a valorização das experiências dos alunos, a homogeneização dos conteúdos oferecidos em todo o país restringia a consideração das diversas realidades sociais, culturais e regionais dos alunos em processo de alfabetização (Borges Neto; Santos, 2025).

Os recursos educacionais utilizados eram criados pela Fundação MOBRAL e eram disponibilizados gratuitamente em todo o território nacional, garantindo que o material abordado nas aulas segue fielmente as diretrizes determinadas pela administração central. Além dos livros voltados para os alunos em processo de alfabetização, existiam guias específicos para os instrutores, que incluíam orientações pedagógicas e métodos para a realização das atividades educativas.

Uma abordagem que foi bastante empregada pelo programa envolveu a execução de campanhas publicitárias de grande escala. Segundo, Silva, Honorato e Martin (2023), o governo fez um investimento significativo na promoção do MOBRAL através de rádio, televisão, jornais, cartazes e outros materiais impressos, visando estimular a participação da comunidade e reforçar a imagem do programa como um símbolo do compromisso do estado com a eliminação do analfabetismo. Essa extensa promoção, combinada com a rede de parcerias estabelecida com estados e municípios, ajudou a ampliar o programa por praticamente todo o país, configurando-se como uma das maiores iniciativas de alfabetização para jovens e adultos realizadas no Brasil.

Apesar de o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) ser frequentemente associado a críticas sobre sua abordagem educacional e sua ligação com o regime militar, vários estudiosos admitem que o programa foi um ponto de inflexão na estruturação das políticas públicas dedicadas à alfabetização de adultos e jovens no Brasil (Paiva, 1982; Nascimento, 2022; Souza, 2021).

Um dos principais progressos do MOBRAL foi a expansão da oferta de educação para alfabetização em todo o país. A organização do programa, junto com a formalização de parcerias com estados e municípios, tornou possível a criação de turmas em quase todas as regiões do Brasil, alcançando áreas que antes não tinham projetos fixos para a educação de jovens e adultos. Como aponta Paiva (1982), o governo lançou uma campanha nacional para a alfabetização em massa, alocando substancialmente recursos financeiros e estruturais para

aumentar o atendimento à população sem escolaridade, demonstrando a amplitude que o programa alcançou na década de 1970.

Um outro ponto favorável diz respeito à formalização da educação para jovens e adultos como uma obrigação do governo. Até aquela época, muitas das ações direcionadas a esse público eram realizadas através de campanhas sazonais ou projetos isolados. Com a criação do MOBRAL, uma política nacional foi estabelecida com uma administração própria, recursos financeiros específicos, desenvolvimento de materiais educativos e a definição de objetivos para atender a população sem instrução. Dessa forma, o programa ajudou a integrar a Educação de Jovens e Adultos de maneira mais sólida nas pautas das políticas educacionais do Brasil (Souza, 2021).

Além do mais, o projeto gerou uma mobilização social considerável. A colaboração entre as prefeituras, organizações comunitárias e vários grupos da sociedade facilitou a ampliação da rede de serviços, permitindo que milhões de jovens e adultos tivessem acesso a programas de leitura e escrita. De acordo com a análise de Paiva (1982), o governo aplicou um esforço significativo em propaganda através de diversos meios de comunicação em massa, com o objetivo de validar o MOBRAL na percepção pública e torná-lo uma das principais ações nacionais de enfrentamento do analfabetismo.

Entretanto, os progressos realizados pelo MOBRAL precisam ser avaliados de maneira crítica. Embora tenha aumentado consideravelmente o acesso à alfabetização e estabelecido uma política pública com alcance em todo o país, os resultados numéricos alcançados pelo programa não foram adequados para assegurar uma educação verdadeiramente libertadora. Conforme apontam Souza (2021) e Paiva (1982), a expansão do atendimento ocorreu em um ambiente influenciado por metas políticas e econômicas do governo militar, o que fez com que a luta contra o analfabetismo acontecesse ao lado de limitações pedagógicas e ideológicas que diminuíam o potencial transformador da educação oferecida. Essas contradições serão exploradas mais a fundo no próximo tópico, que se destina à avaliação dos desafios e retrocessos do MOBRAL.

Embora o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) tenha alcançado uma ampla expansão, o programa foi alvo de muitas críticas na literatura educacional devido às suas limitações pedagógicas e à sua associação com o projeto político da Ditadura Militar. Fávero (2006) afirma que o golpe civil-militar de 1964 interrompeu diversas iniciativas de educação popular que visavam integrar alfabetização, participação social e mudança da realidade. Movimentos como o Movimento de Educação de Base (MEB), o Movimento de Cultura Popular (MCP) e os Centros Populares de Cultura (CPC) entendiam a alfabetização

como um componente de um processo mais amplo de formação política e conscientização dos indivíduos. Com a consolidação do regime militar, no entanto, essas experiências foram desmanteladas ou significativamente alteradas, criando espaço para uma política educacional alinhada aos objetivos do novo governo.

Cunha e Góes (1985) argumentam que a política educacional da Ditadura Militar esteve diretamente subordinada ao projeto de desenvolvimento econômico e à preservação da ordem política existente. Dessa forma, o MOBRAL começou a exercer uma função que ia além da luta contra o analfabetismo, tornando-se um meio de integração social e de propagação dos valores promovidos pelo regime. A alfabetização funcional proposta pelo programa visava aprimorar as habilidades básicas de leitura, escrita e cálculo, consideradas adequadas para a inserção dos indivíduos no mercado de trabalho e adaptação às demandas sociais. No entanto, não promovia uma compreensão crítica das condições sociais que levaram ao analfabetismo.

Uma das principais críticas ao MOBRAL pelos autores diz respeito à natureza superficial da alfabetização que ele oferece. Ao priorizar o ensino de habilidades básicas e funcionais, o programa limitava o processo educacional à obtenção de competências instrumentais, restringindo as oportunidades de desenvolvimento intelectual e político dos alunos. Ao contrário das experiências de educação popular realizadas no começo dos anos 1960, que se baseavam na realidade dos participantes e tinham como objetivo fomentar sua conscientização, o MOBRAL estruturava o ensino com conteúdos estabelecidos e padronizados para todo o país, diminuindo as oportunidades para o diálogo e a reflexão acerca das questões sociais. Fávero (2006) mostra que a educação popular criada antes do golpe militar se baseava na participação dos indivíduos e na construção coletiva do saber, visão que foi gradualmente substituída por práticas educativas guiadas pela lógica administrativa do Estado.

O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) teve como principal base pedagógica a alfabetização funcional. Ao contrário das iniciativas de educação popular realizadas no começo dos anos 1960, que tinham como foco a formação integral dos indivíduos, o programa passou a entender a alfabetização como uma ferramenta para o desenvolvimento de habilidades básicas de leitura, escrita e cálculo. Essas habilidades eram vistas como suficientes para permitir a participação das pessoas nas atividades produtivas e na vida cotidiana. Nesse contexto, o ensino se concentrava na aquisição de habilidades básicas,

limitando o processo educacional ao domínio de conhecimentos vistos como úteis para atender às necessidades do projeto desenvolvimentista implementado durante a Ditadura Militar.

Fávero (2006) mostra que, antes do golpe civil-militar de 1964, os movimentos de educação de jovens e adultos procuravam ir além de uma visão limitada de alfabetização ao examinar a história da educação popular no Brasil. Experiências como o Movimento de Educação de Base (MEB) entendiam a educação como um processo que se constrói a partir da realidade vivida pelos alunos, dando importância à sua participação, aos seus saberes e à reflexão sobre as dificuldades enfrentadas pelas comunidades. Essa visão estava diretamente ligada ao fortalecimento do envolvimento popular na esfera política e social. Cunha e Góes (1985, p. 17) afirmam que "um movimento de cultura popular só surge quando o balanço das relações de poder começa a ser favorável aos setores populares da comunidade e desfavorável aos seus setores de elite". Essa percepção demonstra que as experiências de educação popular realizadas antes da Ditadura Militar se baseavam na ampliação da participação social e na formação crítica dos indivíduos, ao contrário da abordagem adotada posteriormente pelo MOBRAL. Fávero (2006) enfatiza que a educação popular se insere em uma visão de mudança social, na qual o processo educativo deve auxiliar no desenvolvimento da consciência crítica e na participação ativa dos alunos na sociedade.

Com a consolidação do regime militar, a ideia de educação popular foi lentamente substituída por uma abordagem focada na formação funcional das pessoas. De acordo com Cunha e Góes (1985), a política educacional adotada nesse período esteve subordinada aos propósitos de modernização econômica e preservação da ordem social, resultando na transformação da alfabetização de um instrumento de participação política para uma função predominantemente adaptativa. Nesse contexto, o MOBRAL começou a focar no desenvolvimento de habilidades básicas de leitura, escrita e cálculo, vistas como adequadas para a inserção das pessoas no mercado de trabalho, diminuindo o espaço dedicado à reflexão crítica sobre a realidade social.

Ao invés de se basear nas experiências concretas dos alfabetizandos, como propunham os movimentos de educação popular anteriores ao golpe de 1964, o MOBRAL focava na rápida obtenção de habilidades instrumentais e em resultados quantitativos. Assim, apesar de ter ampliado o acesso à alfabetização de jovens e adultos, suas limitações ficaram claras ao restringir o aprendizado ao domínio de habilidades básicas, sem oferecer uma

formação crítica e emancipatória. Fávero (2006) e Cunha e Góes (1985) ressaltam que essa mudança de perspectiva representou um afastamento considerável das práticas de educação popular realizadas antes da Ditadura Militar, colocando a educação em segundo plano em relação aos interesses políticos e econômicos do regime.

A implementação do MOBRAL esteve diretamente ligada ao projeto político da Ditadura Militar, que via a educação como uma ferramenta para a integração social e preservação da ordem vigente. Cunha e Góes (1985) afirmam que a política educacional da época não se limitava apenas à expansão do acesso à escolarização, mas também atendia aos interesses do Estado autoritário. Esse Estado buscava criar indivíduos que se adaptassem ao modelo de desenvolvimento econômico em curso e que estivessem alinhados com os valores promovidos pelo regime. Nesse contexto, a alfabetização passou a priorizar a formação de indivíduos disciplinados e produtivos, capazes de atender às exigências do mercado de trabalho, em vez de assumir um caráter de conscientização social.

Essa diretriz teve um impacto direto na estruturação pedagógica do MOBRAL. Os conteúdos abordados priorizavam habilidades instrumentais e comportamentos vistos como apropriados para o contexto econômico e social da época, limitando as oportunidades para debate, questionamento da realidade e participação crítica dos alunos. Cunha e Góes (1985) afirmam que a educação começou a exercer um papel de controle ideológico ao promover valores como disciplina, obediência e integração nacional, em vez de incentivar a reflexão sobre as desigualdades sociais e as oportunidades de mudança da realidade. Nesse contexto, o MOBRAL ia além de simplesmente alfabetizar jovens e adultos, integrando-se a um projeto governamental que visava reforçar a legitimidade do regime militar através da educação. O foco do processo educativo era a adaptação dos indivíduos à ordem estabelecida.

As críticas ao MOBRAL se tornam mais evidentes quando sua abordagem pedagógica é comparada à visão de educação proposta por Paulo Freire. Ao passo que o programa de alfabetização implementado durante a Ditadura Militar focava em uma alfabetização funcional, destinada ao desenvolvimento de habilidades básicas de leitura, escrita e cálculo, Freire propunha uma educação voltada para a formação crítica dos indivíduos e sua participação ativa na transformação social. No livro Pedagogia do Oprimido, o autor condena o que chama de educação bancária, que se caracteriza pela mera transmissão de conteúdos. Nesse modelo, o educador é visto como o único detentor do saber, enquanto os alunos são considerados receptáculos passivos. Para Freire (1987, p.39) "a educação

problematizadora, [...] já não pode ser o ato de depositar, ou de narrar, ou de transferir, ou de transmitir 'conhecimentos' e valores aos educandos", mas ser um processo de construção do conhecimento pelo diálogo.

Nesse contexto, o processo de alfabetização vai além do domínio técnico da leitura e da escrita, transformando-se em uma ferramenta de conscientização e engajamento social. A educação defendida por Freire baseia-se na valorização das vivências dos alunos, no diálogo e na reflexão crítica acerca da realidade, entendendo que o conhecimento é fruto da interação entre educador, aluno e mundo. Em contrapartida, o MOBRAL era organizado com conteúdos padronizados, metodologias uniformes e metas focadas na adaptação das pessoas às demandas econômicas e sociais do regime militar. Conforme discutem Fávero (2006) e Cunha e Góes (1985), essa abordagem se distanciava das experiências de educação popular realizadas antes de 1964, substituindo uma proposta voltada para a emancipação dos indivíduos por uma política educacional que visava preservar a ordem estabelecida.

Assim, pelo que observo, a diferença entre o MOBRAL e a proposta freireana não se restringia apenas às metodologias de ensino, mas também refletia visões diferentes sobre o propósito da educação. Paulo Freire propunha uma abordagem educacional baseada no diálogo, visando fomentar a consciência crítica e permitir que os alunos compreendessem e transformassem sua realidade. Em contrapartida, o MOBRAL focava em uma alfabetização funcional, voltada para o desenvolvimento de habilidades instrumentais e para a formação de pessoas adaptadas ao projeto político e econômico da Ditadura Militar. Dessa forma, as críticas presentes na literatura mostram que, apesar de o programa ter ampliado o acesso à alfabetização, ele se afastou de uma educação emancipatória, restringindo o potencial transformador do processo educacional.

6. ANÁLISE DOCUMENTAL DO MOBRAL: CONCEPÇÕES, PRÁTICAS E CONTRADIÇÕES

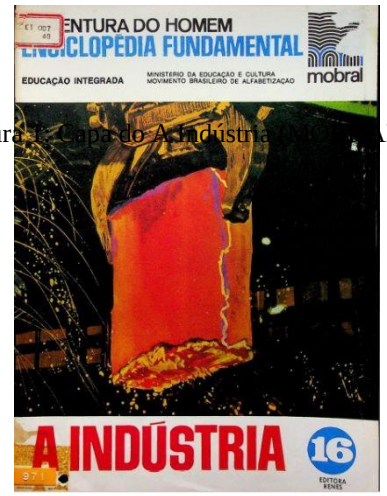
Este capítulo examinará o documento "A Aventura do Homem: A Indústria", que faz parte da coleção "Enciclopédia Fundamental". Essa coleção foi criada para o programa de Educação Integrada do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). Lançada durante a transição entre 1973 e 1974, a obra foi editada pela Editora Renes sob a supervisão do Departamento de Educação da Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), em colaboração direta com o Ministério da Educação e Cultura (MEC). A aprovação governamental, indicada na ficha técnica do documento que documenta

a administração do Presidente Ernesto Geisel e do Ministro da Educação e Cultura Nei Braga, destaca a conexão institucional e ideológica do material com as políticas do regime ditatorial brasileiro da época.

O fascículo em questão contém 32 páginas e faz parte da proposta curricular do Programa de Educação Integrada do MOBRAL. Esse programa representava uma fase subsequente à alfabetização funcional inicial, voltada para jovens e adultos recém-alfabetizados. O público-alvo principal do livro era composto por trabalhadores urbanos e rurais em processo de escolarização tardia. O objetivo era fornecer a eles um repertório de conhecimentos considerados fundamentais para se adaptarem ao mundo moderno e produtivo.

Os objetivos declarados do Programa de Educação Integrada eram complementar o aprendizado da leitura, escrita e cálculo por meio de temas transversais relacionados à cultura geral, ciências, higiene, geografia e trabalho. Entretanto, do ponto de vista pedagógico da época, a Educação Integrada tinha o papel de moldar e disciplinar a força de trabalho para acompanhar o crescimento econômico do país. O fascículo A Indústria se apresenta, assim, como um recurso didático criado para transmitir conceitos básicos sobre o processo de fabricação, modernização tecnológica e organização do trabalho, vinculando o aprendizado da linguagem escrita ao conceito de progresso e desenvolvimento nacional fomentado pelo regime.

Figura 1: Capa do A Indústria (MOBRAL)



Fonte: Arquivo Histórico do INEP (1973)

O Quadro 1 organiza as informações bibliográficas e estruturais do fascículo A Indústria, a fim de simplificar a apresentação dos aspectos mais relevantes da fonte primária escolhida. Essas informações possibilitam contextualizar o documento em seu período de

produção, estabelecendo sua conexão com a Fundação MOBRAL e com o Ministério da Educação e Cultura (MEC). Além disso, ajudam a entender seu propósito como recurso didático voltado para a Educação Integrada do programa.

Quadro 1 – Ficha Técnica do Documento Analisado

ELEMENTO	DESCRIÇÃO DA FONTE DOCUMENTAL
Título	*A Indústria* (Volume 16)
Coleção/Série	*A Aventura do Homem – Enciclopédia Fundamental* (Educação Integrada)
Órgão Responsável	Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) / MEC
Ano de Publicação / Contexto	1973/1974 (Governo Ernesto Geisel / MEC: Nei Braga)
Execução Editorial / Gráfica	Editora Renes Ltda. / AGGS Indústrias Gráficas S.A.
Público-Alvo	Jovens e adultos recém-alfabetizados
Estrutura Física	32 páginas coloridas, contendo textos instrucionais, fotografias, tabelas e ilustrações

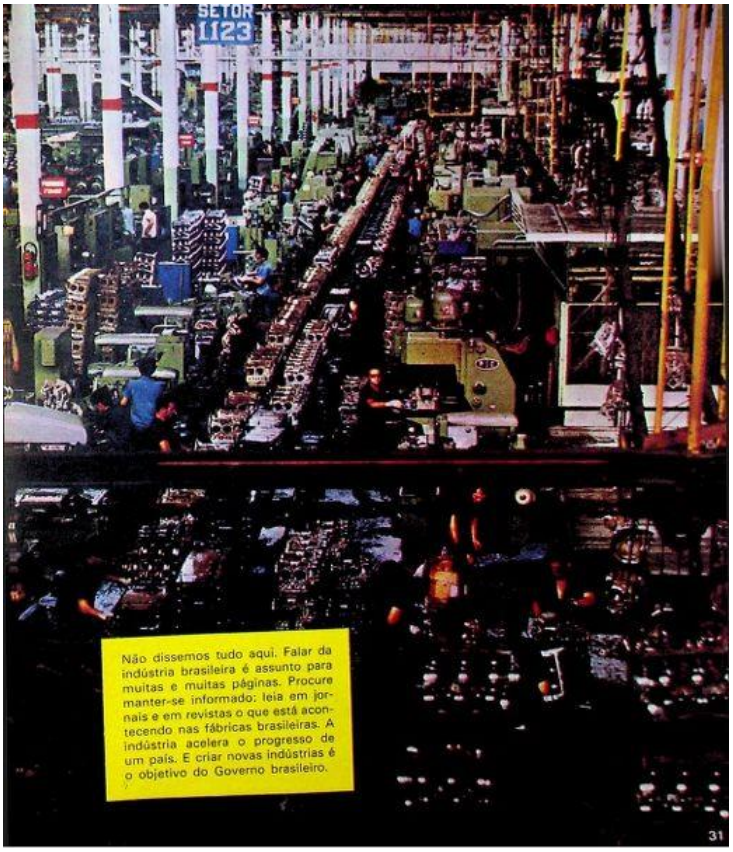
Fonte: Elaborado pelo autor com base em MOBRAL (1973)

A ideia de que a industrialização é o motor do progresso e a chave para superar o atraso é apresentada já nos primeiros capítulos. Nas páginas 3 e 5, ao contrastar a tradição rural com a urbanização moderna, o fascículo indica a mecanização como agente de mudança social.

Essa ideia é explicitada na página 31, onde se afirma diretamente que o crescimento industrial impulsiona o progresso do país e se torna uma prioridade para o governo. A última ilustração da página 31 reforça visualmente a ideia de progresso constante. Essa ilustração

está em sintonia com as páginas 8 e 28, onde o salto na produção e a expansão das fábricas são apresentados como evidências da eficácia do modelo nacional (Germano, 1990).

Figura 2: Encerramento do fascículo exaltando a expansão industrial como meta governamental (p. 31)



Fonte: A Indústria (1973, p.31)

Durante todo o fascículo, nota-se a elaboração de um discurso que liga o avanço industrial ao progresso do país. No trecho da imagem acima, "A indústria impulsiona o desenvolvimento de um país" revela uma visão de desenvolvimento baseada na industrialização e no crescimento econômico, conferindo ao Estado o papel de principal responsável pela modernização do país. Nesse cenário, o progresso é visto como um objetivo coletivo, tornando natural a conexão entre crescimento industrial, desenvolvimento nacional e aprimoramento das condições de vida da população.

Essa visão dialoga com as análises de Cunha e Góes (1985), que mostram como a política educacional da Ditadura Militar estava ligada ao projeto de desenvolvimento econômico e preservação da ordem social. Segundo os autores, a educação passou a ter o papel de preparar pessoas capazes de suprir as demandas do modelo desenvolvimentista

imposto pelo regime, propagando valores ligados ao trabalho, à disciplina e ao progresso econômico. Dessa forma, ao apresentar a industrialização como um meio para o progresso nacional, a cartilha do MOBRAL não só ensina sobre a atividade industrial, como também fortalece a ideologia desenvolvimentista promovida pelo governo.

A análise do documento também corrobora a interpretação de Fávero (2006) sobre as mudanças na educação de jovens e adultos após o golpe de 1964. Ao passo que as experiências anteriores de educação popular visavam fomentar a participação dos indivíduos e o entendimento crítico da realidade, os materiais elaborados pelo MOBRAL começaram a priorizar conteúdos destinados à integração dos alunos ao projeto nacional de desenvolvimento. Nesse contexto, a cartilha destaca a importância do trabalho, da produtividade e da industrialização, sem abordar as questões das desigualdades sociais ou as contradições intrínsecas ao próprio processo de desenvolvimento proposto.

Indo para uma análise mais pedagógica da cartilha, é importante primeiro compreender o conceito de alfabetização funcional. Conforme explica Ribeiro (1997, p. 145),

> **"O termo alfabetismo funcional foi cunhado nos Estados Unidos na década de 1930 e utilizado pelo exército norte-americano durante a Segunda Guerra, indicando a capacidade de entender instruções escritas necessárias para a realização de tarefas militares (...). A partir de então, o termo passou a ser utilizado para designar a capacidade de utilizar a leitura e a escrita para fins pragmáticos, em contextos cotidianos, domésticos ou de trabalho."**

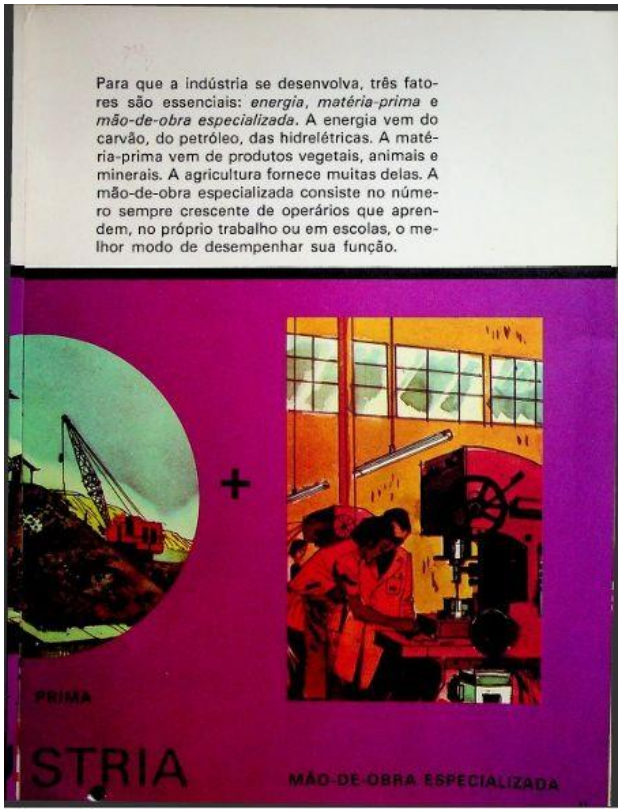
Essa visão de alfabetização enfatiza o aprimoramento de competências voltadas à realização de tarefas práticas, colocando em primeiro plano o uso da leitura e da escrita como ferramentas para atender às demandas do dia a dia e do mercado de trabalho.

O fascículo expressa essa visão ao escolher temas práticos e diretos, focando na adequação do trabalhador à fabricação. Um exemplo que ilustra essa metodologia prática está presente na explicação dos elementos de produção: "Para que a indústria se desenvolva, três fatores são essenciais: energia, matéria-prima e mão-de-obra especializada..." (A Indústria, 1973, p. 11).

Ao considerar a "mão-de-obra especializada" como um recurso, assim como a energia e os materiais, o texto foca em uma perspectiva orientada para o mercado, alinhando-se à interpretação que "a funcionalidade da alfabetização dizia respeito, principalmente, à

formação de mão-de-obra apta a adaptar-se às exigências da modernização econômica" (Street, 1984 apud Ribeiro, 1997, p. 148).

Figura 3: Trecho explicativo sobre os fatores essenciais para o desenvolvimento da indústria (p.11)



Fonte: A Indústria (1973, p.11)

Essa visão valida os estudos realizados por Fávero (2006) e Cunha e Góes (1985), que afirmam que a política educacional adotada durante a Ditadura Militar tinha como objetivo integrar os indivíduos ao plano de desenvolvimento econômico promovido pelo governo. Alinhada a essa abordagem, a cartilha estrutura seus conteúdos de forma informativa e diretiva, enfatizando o trabalho, a eficiência e a industrialização como fatores cruciais para o avanço do país, sem incentivar reflexões sobre as desigualdades sociais ou as dinâmicas de poder envolvidas nesse contexto. Dessa forma, o texto mostra de que maneira a alfabetização funcional sugerida pelo MOBRAL pretendia capacitar os alunos para se inserirem em funções sociais e produtivas, focando na sua adaptação às condições atuais em vez de promover uma análise crítica que pudesse alterá-las.

A avaliação da alfabetização funcional contida no fascículo mostra que a meta do material ia além do aprimoramento das competências fundamentais de leitura e escrita. Os temas escolhidos também refletiam uma perspectiva específica de sociedade, onde o trabalho, a indústria e o avanço econômico eram apresentados como fundamentos do progresso do país. Assim, além de capacitar os alunos para exercitar funções produtivas, o documento ajudava a propagar os princípios sustentados pela política da Ditadura Militar, enfatizando uma visão favorável ao crescimento econômico impulsionado pelo governo.

O caderno conecta o aprendizado da leitura e da escrita com o plano político e econômico do governo militar, mostrando o progresso industrial como um símbolo de avanço social e obrigação patriótica. Quero retornar para o que foi mostrado na Figura 2, o conceito de desenvolvimento é apresentado de modo a refletir as diretrizes do estado, como é possível perceber no trecho a seguir: “...e criar novas indústrias é o objetivo do Governo brasileiro." (A Industria, 1973, p. 31).

A investigação dessa declaração demonstra como o conhecimento é utilizado para promover a inserção do indivíduo no projeto nacionalista e autoritário daquele período. Ao ignorar a necessidade de uma formação crítica para os cidadãos, os materiais educativos se conformam aos esforços do Estado totalitário para dirigir a memória coletiva e assegurar a aceitação popular. Segundo Romanelli (2025), durante o período em questão, a propaganda oficial e os materiais educativos procuravam reforçar a imagem de um país em rápida modernização sob a orientação do governo. Entretanto, essa narrativa de progresso servia para esconder as arbitrariedades e a violência institucional do regime. A ocultação intencional desses aspectos somente seria amplamente revelada e desafiada na batalha pela memória, impulsionada pelo resgate documental dos crimes de Estado.

A abordagem instrucional do MOBRAL, exemplificada pelo encerramento do fascículo (conforme mostrado na Figura 2), contrapõe-se diretamente aos princípios teóricos desenvolvidos por Paulo Freire em Educação como Prática da Liberdade (1967):

- **A recusa do trânsito para a conscientização crítica:** De acordo com Freire (1967), a verdadeira alfabetização requer que se ultrapasse a "consciência transitiva ingênua" em direção a uma "consciência transitiva crítica", capacitando o aluno a interpretar a realidade ao seu redor. Quando o progresso social é limitado pelo objetivo exclusivo do Governo de "criar novas indústrias" (A Industria, 1973, p. 31; Figura 2), essa abordagem

restringe a capacidade analítica e incentiva uma adaptação passiva à ordem vigente.

- **A instrumentalização da aprendizagem em contraste com a conscientização:** Na perspectiva freireana, aprender e desenvolver uma consciência crítica são processos inseparáveis, requerendo tanto uma compreensão ativa da realidade quanto a emancipação do aluno (Freire, 1967). Em contraste, o material do MOBRAL segue uma direção contrária: dissocia o aprendizado da leitura crítica do mundo, convertendo-o apenas em uma ferramenta para apoiar as metas de modernização do regime.
- **Educação bancária frente aos círculos de cultura**: Freire (1967) defende o diálogo e a criação cultural coletiva através do método dos círculos de cultura e das palavras geradoras contextualizadas. Em contraste, o discurso do fascículo promove valores e visões de desenvolvimento impostos "de cima para baixo". Isso transforma o alfabetizando em um receptor passivo e executor dos projetos do Estado autoritário, em vez de um participante ativo em sua formação política e social.

Dessa forma, a narrativa do progresso encontrada em A Indústria (MOBRAL, 1973), como ilustrado na Figura 2, se firma como um instrumento de legitimação ideológica e controle narrativo por parte do Estado autoritário (Romanelli, 2025). Nesse contexto, o ato de se alfabetizar era essencialmente absorver de maneira acrítica os ideais de modernização, contrastando diretamente com a perspectiva libertadora, dialógica e emancipadora da educação popular (Freire, 1967).

Analisar o *A Indústria* e os materiais didáticos produzidos no contexto do Mobral exige entender que o documento reflete uma visão pedagógica e política alinhada ao projeto e ideologias do regime militar brasileiro. Em vez de ser um material neutro ou apenas técnico, o fascículo apresenta uma perspectiva que contrasta com os referenciais da educação popular progressista, funcionando como um instrumento de propaganda, controle e conformação social.

A estrutura do fascículo materializa a ruptura promovida pelo regime em relação às iniciativas de educação popular que ganharam destaque na década de 1960. Conforme Fávero e Motta (2016), as propostas daquela época se diferenciavam por assumir um compromisso claro com as classes populares e direcionar a educação para a ação política, utilizando a

cultura popular como base. Em contraste com essa abordagem, a ditadura militar desmantelou essas experiências populares e reformulou a educação de adultos por meio do MOBRAL e do Ensino Supletivo, priorizando a certificação em massa e o atendimento às demandas do mercado de trabalho. No material analisado, o conhecimento prévio e a experiência direta do trabalhador são subestimados, dando lugar a uma instrução uniforme focada somente na produtividade.

Sob a perspectiva da teoria freiriana, o fascículo está diretamente relacionado ao modelo de educação bancária. Ao invés de fomentar a emancipação, o material se limita a transmitir informações e ditar comportamentos. Indo de acordo com Freire (1987), ao abordar o analfabeto como alguém que apenas recebe passivamente informações sobre a indústria e o progresso, a conexão dialética entre práxis, ação e reflexão, essencial para transformar o mundo, é ignorada. O fascículo impede o desenvolvimento do ser humano em sua, pois rejeita uma pedagogia que deve ser "forjada com ele e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade" (Freire, 1987, p. 17)

O autor ainda adverte que os oprimidos frequentemente internalizam a figura do opressor em suas mentes, o que pode levá-los a querer imitar o opressor ao invés de buscar a própria libertação. Materiais como o folheto do Mobral contribuem para essa dualidade existencial, ao condicionarem a realização do trabalhador à sua completa adaptação à ordem fabril vigente.

A análise do fascículo A Indústria demonstra que o material do MOBRAL não era apenas pedagógico, mas também servia como ferramenta política do regime militar focada na alfabetização instrumental. A cartilha dava ênfase à produtividade e adaptação do trabalhador, contrastando com a educação popular e freiriana, ao tratar o educando como alguém a ser integrado à ordem vigente, em vez de um sujeito histórico crítico. O documento, assim, revela as contradições do MOBRAL, que, apesar de ampliar o acesso à educação de adultos, perpetuava limites autoritários ao propagar os valores e projetos do regime.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A condução deste estudo permitiu uma compreensão mais profunda do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), além de sua descrição como uma política desenvolvida para combater o analfabetismo no Brasil. Durante a pesquisa, ficou claro que sua criação e evolução ocorreram em uma época de significativas transformações políticas, sociais e educacionais, o que levou a educação a adotar diversas finalidades dentro do projeto

implementado pela Ditadura Militar. Assim, para analisar o MOBRAL, foi necessário levar em conta o contexto de sua criação e, sobretudo, examinar como suas práticas educacionais estavam ligadas aos interesses da época.

Ao voltar a questão que guiou esta pesquisa, como as práticas educativas do MOBRAL se relacionaram com as estratégias de doutrinação e controle ideológico da Ditadura Militar brasileira, percebo que a resposta vai além da simples existência de uma política de alfabetização implementada pelo Estado durante o regime militar. A conexão se torna mais clara ao se considerar os objetivos do programa, a concepção de alfabetização e, sobretudo, os conteúdos e valores contidos nos materiais empregados no processo de ensino.

Na fase inicial do estudo, ao examinar o contexto histórico da Educação de Jovens e Adultos durante a Ditadura Militar, tornou-se evidente uma mudança significativa em relação às experiências de educação popular que precederam 1964. Havia propostas que buscavam aproximar a educação da realidade dos sujeitos, valorizando seus conhecimentos, suas experiências e sua participação antes do golpe. Com a chegada da Ditadura Militar, essas experiências foram suspensas ou debilitadas, e a educação começou a ser estruturada em um contexto político distinto, caracterizado pelo controle estatal e pela priorização de uma formação mais alinhada às demandas do projeto econômico e social da época.

Essa mudança foi significativa para entender o motivo do MOBRAL. O programa não surgiu de maneira isolada, mas como componente de uma nova estruturação da política de alfabetização de jovens e adultos. A luta contra o analfabetismo ainda era uma demanda real da população, mas a abordagem adotada pelo Estado para enfrentar esse problema estava relacionada às ideias de educação vigentes na época. Dessa forma, o MOBRAL começou a promover uma alfabetização de natureza funcional, priorizando o desenvolvimento de habilidades básicas e a capacitação das pessoas para sua inserção na sociedade e no mercado de trabalho.

Ao estudar o MOBRAL em sua essência, identifiquei uma contradição que considero fundamental para esta pesquisa. O programa expandiu as oportunidades de alfabetização para jovens e adultos em todo o Brasil. Contudo, esse acesso se dava por meio de uma proposta que impunha restrições em relação às experiências de educação popular anteriores ao golpe. A alfabetização não era vista principalmente como uma oportunidade de refletir sobre a realidade e participar socialmente, mas como um processo de formação voltado para os conhecimentos considerados essenciais para a vida cotidiana e atividade produtiva.

Portanto, durante o estudo, percebi que a principal distinção entre o MOBRAL e as propostas de educação popular não residia apenas na metodologia de ensino. Estava também

no que se aguardava da educação e do indivíduo que estava sendo alfabetizado. Enquanto uma abordagem visava capacitar indivíduos para entender e questionar sua realidade, a proposta do MOBRAL oferecia uma educação mais focada na adaptação e integração à ordem social vigente.

A análise documental realizada no último capítulo deixou essa compreensão ainda mais clara. O fascículo A Aventura do Homem: A Indústria foi crucial para garantir que a pesquisa não ficasse apenas no âmbito das intenções e das discussões sobre o MOBRAL. Ao analisar o material, ficou evidente que a indústria, o trabalho, a produtividade, a modernização e o progresso ocupavam um papel central na maneira como o conteúdo era exposto.

O aspecto que mais me impressionou nessa análise foi a forma como o desenvolvimento industrial era retratado como algo positivo e essencial para o progresso do país. A industrialização é vista como um caminho para a modernização e melhoria das condições de vida, com o trabalho e a produtividade sendo considerados elementos essenciais para esse processo. Simultaneamente, o conteúdo não aborda com a mesma relevância as contradições sociais inerentes a esse modelo de desenvolvimento nem os possíveis problemas que poderiam surgir nesse processo.

Com base nessa análise, entendo que o fascículo não deve ser considerado apenas um recurso didático para ensinar certos conteúdos. Além disso, ele expressa uma forma específica de entender o país, o trabalho e o progresso. O trabalhador é principalmente associado à produção e à necessidade de acompanhar o crescimento econômico, enquanto o progresso é visto como um objetivo coletivo a ser alcançado por meio da modernização e industrialização.

Foi exatamente nesse momento que a conexão entre educação e doutrinação se tornou mais evidente para mim. Não percebi a doutrinação apenas em uma declaração política explícita ou em uma defesa direta do regime militar. Ela se manifesta de forma mais discreta no que é selecionado para ser ensinado, no que é enfatizado e na maneira como certas ideias são retratadas como positivas, indispensáveis ou naturais.

Assim, acredito que as práticas educacionais do MOBRAL contribuíram para uma formação que desejava integrar as pessoas à estrutura social e econômica existente. O material examinado destaca o trabalhador como um componente essencial do progresso industrial e vincula sua formação à produtividade. Nesse contexto, a educação não se limita apenas a transmitir conhecimentos básicos, mas também contribui para a formação de uma visão sobre o papel que as pessoas devem desempenhar na sociedade.

A análise também revelou o quanto essa proposta se afasta da visão de educação popular que foi desenvolvida antes do golpe de 1964. A diferença se torna clara ao considerar

que, em experiências anteriores, a realidade dos indivíduos e sua participação eram componentes essenciais do processo de ensino-aprendizagem. Em contrapartida, no material analisado pelo MOBRAL, prevalece uma exposição de conteúdos já estruturados, sem um espaço relevante para que o aluno questione ou problematize o que lhe é apresentado.

Portanto, não vejo como a questão principal afirmar simplesmente que o MOBRAL foi “bom” ou “ruim” para a educação brasileira. Uma análise desse tipo seria inadequada considerando a complexidade do programa. Esta pesquisa revelou que o MOBRAL tem uma história contraditória: enquanto foi uma política voltada para a expansão da alfabetização de jovens e adultos, também implementou uma proposta educacional que refletia os aspectos políticos e econômicos da Ditadura Militar.

Para mim, essa contradição é uma das principais implicações deste estudo. Ter uma política voltada para aumentar o acesso à educação não garante, necessariamente, que essa educação vise à formação crítica e emancipadora dos indivíduos. É preciso prestar atenção no que está sendo ensinado, na forma como está sendo ensinado e, sobretudo, nas concepções sobre a sociedade e o papel dos indivíduos que estão sendo transmitidas nesse processo.

A análise do documento revelou que a alfabetização estava ligada a uma formação funcional e produtiva. O saber parecia vinculado às demandas do dia a dia e do trabalho, ao passo que a reflexão crítica acerca das condições sociais e das contradições do próprio modelo de desenvolvimento ocupava um espaço reduzido. Dessa forma, a educação proporcionada pelo MOBRAL impunha restrições significativas para uma formação que permitisse aos indivíduos entenderem criticamente o contexto em que se encontravam.

Nesse contexto, acredito que o estudo conseguiu responder à questão proposta ao mostrar, com base na análise realizada, que as práticas educativas do MOBRAL estavam ligadas ao projeto político e econômico da Ditadura Militar e ajudaram a criar uma formação voltada para a adaptação dos indivíduos à ordem estabelecida. Essa conexão é perceptível tanto na proposta de alfabetização funcional quanto, de forma mais tangível, no material "A Aventura do Homem: A Indústria". Nesse último, os valores ligados ao trabalho, à produtividade, à industrialização e ao progresso são destacados de maneira significativa.

Ao mesmo tempo, esta pesquisa também mostrou alguns limites. O MOBRAL foi um programa amplo, desenvolvido durante muitos anos e em diferentes regiões do país, enquanto a análise documental realizada neste trabalho concentrou-se em um material específico. Por isso, não é possível afirmar que um único fascículo represente todas as experiências vivenciadas pelos alunos, professores e demais participantes do programa. O documento analisado permite compreender uma parte importante da proposta educativa, mas

não esgota as diferentes formas pelas quais o MOBRAL foi colocado em prática.

Outro ponto que ficou em aberto diz respeito à experiência dos participantes diretos do programa. Ao longo deste estudo, foi viável examinar as propostas, os recursos e as ideias contidas no MOBRAL. Contudo, não foi possível investigar como os alunos e professores acolheram, interpretaram ou questionaram esses materiais. Essa dimensão seria relevante para entender se o que o Estado propunha era recebido da mesma forma pelos indivíduos.

Portanto, como sugestão para pesquisas futuras, considero relevante expandir a análise documental para outros materiais elaborados pelo MOBRAL, abrangendo diversos fascículos, cartilhas, campanhas e documentos institucionais. Também seria interessante examinar materiais criados em várias etapas do programa e em diversas regiões do país, a fim de identificar possíveis variações nas práticas e nos conteúdos oferecidos.

Outra opção seria ouvir pessoas que estiveram envolvidas no MOBRAL, seja como alunos, docentes ou agentes do programa. Essas vivências poderiam ajudar a entender como a política era vivenciada na prática e quais significados os indivíduos atribuíram à alfabetização recebida. Assim, seria viável alinhar a análise das políticas e dos materiais à experiência real dos participantes do programa.

Em conclusão, penso que a análise do MOBRAL também envolve uma reflexão sobre o papel que a educação pode desempenhar em diversos projetos sociais. O estudo revelou que a educação não pode ser dissociada do contexto político e histórico em que se desenvolve. Ela pode expandir oportunidades, assegurar o acesso ao conhecimento e auxiliar na formação dos indivíduos, porém também pode ser estruturada com base em interesses que vão além do contexto educacional.

Concluir este trabalho com essa percepção é relevante, pois a trajetória do MOBRAL não deve ser considerada apenas um capítulo da história da alfabetização de adultos no Brasil. Além disso, ela demonstra uma disputa sobre o significado da educação. Por um lado, a educação como meio de participação, reflexão e mudança; por outro, uma educação focada na adaptação dos indivíduos às demandas e aos planos definidos pelo Estado.

Portanto, este estudo não tem a intenção de esgotar o debate sobre o MOBRAL, mas sim de contribuir para que essa experiência seja examinada de forma crítica e contextualizada. Entender seus progressos, limitações e contradições possibilita uma análise mais atenta da história da Educação de Jovens e Adultos e a percepção de que assegurar o acesso à educação é apenas um aspecto do processo. Também é preciso refletir sobre que tipo de educação está sendo oferecida, a quem ela se destina e quais indivíduos se pretende formar por meio dela.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Angela Cristina Souza. **O MOBRAL e a educação de jovens e adultos: uma representação ideológica da ditadura militar**. Orientadora: Sandra Maria Marinho Sequeira. 2018. 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

BORGES NETO, Fernanda; SANTOS, Sônia Maria dos. A PROPÓSITO DO MATERIAL DIDÁTICO INTEGRAÇÃO SOCIAL DO MOBRAL. **Revista Teias**, Rio de Janeiro , v. 26, n. 80, e82359, jan. 2025 . Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-03052025000100309&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 13 jun. 2026. Epub 08-Maio-2025. https://doi.org/10.12957/teias.2025.82359.

BRASIL. **Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967**. Provê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada de adolescentes e adultos. Brasília, DF: Presidência da República, 1967. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5379-15-dezembro-1967-359071-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 11 jun. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Fundação MOBRAL. **Enciclopédia Fundamental - A Aventura do Homem nº 16 - A Indústria**. Rio de Janeiro: Editora Renes, 1973. Acervo do Arquivo Histórico do Inep. Disponível em: http://arquivohistorico.inep.gov.br/index.php/image-01-128. Acesso em: 1 ago. 2026.

SCOCUGLIA, A. CEPLAR: memória de um movimento de cultura e educação popular. **Em Aberto**, v. 11, n. 56, 11 jan. 2008.

SILVA, Danielly cardoso da; VALDEZ, Diane. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NA DITADURA MILITAR (1964-1985): : o projeto do movimento brasileiro de alfabetização (MOBRAL) . **Revista Temas em Educação**, [S. l.], v. 33, n. 1, p. e-rte331202463, 2024. DOI: 10.22478/ufpb.2359-7003.2024v33n1.70702. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/70702. Acesso em: 15 jul. 2026.

CASTILHO, Denis. Os sentidos da modernização. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 30, n. 2, p. 125-140, jul./dez. 2010.

CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr de. **O golpe na educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

FÁVERO, Osmar. **Uma pedagogia da participação popular: análise da prática educativa do MEB – Movimento de Educação de Base (1961/1966)**. Ilustrações de Paulo Cheida Sans. Campinas: Autores Associados, 2006. (Coleção Educação Contemporânea).

FÁVERO, Osmar; MOTTA, Elisa. Educação popular e educação de jovens e adultos: memória e história. In: **SEMINÁRIO NACIONAL DO CENTRO DE MEMÓRIA – UNICAMP**, 8., 2016, Campinas. Anais... Campinas: CMU/Unicamp, 2016. p. 1-15.

FREIRE, Paulo **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GALAK, Eduardo Lautaro; SÁ, Elizabeth Figueiredo de; CHALOBA, Rosa Fátima de Souza. A pesquisa histórica sobre a educação no período da ditadura cívico-militar: à guisa de apresentação e debate. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 25, e367, p. 1-14, 2025. DOI: https://doi.org/10.4025/rbhe.v25.2025.e367.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil (1964/1985): um estudo sobre a política educacional**. 1990. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, Luiz Gonzaga; ZITKOSKI, Jaime José. O lugar da pesquisa nos Centros Regionais de Pesquisa Educacional nos anos 1950 e 1960: revisitando experiências de educação popular a partir do paradigma indiciário. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 100, n. 255, p. 348-365, maio/ago. 2019.

HADDAD, Sérgio. A participação da sociedade civil brasileira na educação de jovens e adultos e na CONFINTEA VI. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 41, p. 355-369, maio/ago. 2009.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Considerações sobre educação popular e escolarização de adultos no pensamento e na práxis de Paulo Freire. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 42, e255872, 2021. DOI: https://doi.org/10.1590/ES.255872. Disponível em: https://doi.org/10.1590/ES.255872. Acesso em: 25 mai. 2026.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro , n. 14, p. 108-130, jul. 2000 . Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782000000200007&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 02 jul. 2026.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 108-130, maio/ago. 2000.

LIMA, Francisco Mateus Alexandre de; MACÊDO, Cláudia Karina Soares de; SOUZA, Francisco das Chagas Silva. Registros fotográficos em manuais do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL): educação de adultos na ditadura civil-militar. **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, v. 10, n. 25, p. 383-403, set./dez. 2022. DOI: http://dx.doi.org/10.33361/RPQ.2022.v.10.n.25.560.

LIMA, Francisco Mateus Alexandre de; MACÊDO, Cláudia Karina Soares de; SOUZA, Francisco das Chagas Silva. Registros fotográficos em manuais do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL): educação de adultos na Ditadura Civil-Militar. **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, v. 10, n. 25, p. 383–403, set./dez. 2022. DOI: https://doi.org/10.33361/RPQ.2022.v.10.n.25.560.

LOULA DOURADO VIANA, Marta. O CPC da UNE e o debate sobre educação e cultura popular no Brasil. **Revista Binacional Brasil-Argentina: Diálogo entre as ciências**, *[S. l.]*, v. 10, n. 01, p. 246–269, 2021. DOI: 10.22481/rbba.v10i01.8793. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/rbba/article/view/8793. Acesso em: 31 ago. 2026.

NAPOLITANO, Marcos. A história política do golpe de 1964 e do regime militar: balanços e perspectivas. **Tempo & Argumento**, Florianópolis, v. 16, n. 42, e0301, p. 1-41, set. 2024. DOI:[http://dx.doi.org/10.5965/2175180316422024603 01](https://www.google.com/search?q=http://dx.doi.org/10.5965/21751803164220246030 1)

NASCIMENTO, Caio Cesar Silva. Análise da trajetória histórica da educação de jovens e adultos nas políticas educacionais brasileiras. **J. Pol. Educ-s**, Curitiba, v. 16, e87074, 2022 . Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-19692022000100130&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 11 jun. 2026. Epub 30-Maio-2023. https://doi.org/10.5380/jpe.v16i0.87074.

NASCIMENTO, Caio Cesar Silva. Análise da trajetória histórica da Educação de Jovens e Adultos nas políticas educacionais brasileiras. **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, v. 16, e87074, nov. 2022. DOI: http://dx.doi.org/10.5380/jpe.v16i0.87074. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/87074. Acesso em: 13 jul. 2026.

NETO, Fernanda Borges; SANTOS, Sônia Maria dos. A propósito do material didático integração social do MOBRAL. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 80, e82359, jan./mar. 2025. DOI: https://doi.org/10.12957/teias.2025.82359. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/teias/article/view/82359. Acesso em: 6 jul. 2026.

PAIVA, Vanilda. MOBRAL: UM DESACERTO AUTORITÁRIO. **Síntese: Revista de Filosofia**, [S. l.], v. 8, n. 23, 1981. Disponível em: https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/2214. Acesso em: 18 jul. 2026.

RIBEIRO, Vera Masagão. Alfabetismo funcional: referências conceituais e metodológicas para a pesquisa. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 18, n. 60, p. 144-158, dez. 1997.

ROMANELLI, Amanda. “Escreve isto para memória num livro”: vestígios da escrita de Brasil: Nunca Mais (1985). **Faces da História**, v. 12, n. 2, p. 53–75, 6 mar.2026.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil: (1930/1973)**. 39. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

SANTOS, Romero Bomfim dos; BRAYNER, Flávio Henrique Albert. Um outro ABC: o Movimento de Cultura Popular e uma outra forma de ensino. **Revista de Educação Popular,** Uberlândia, n. Edição Especial, p. 113–128, 2023. DOI: 10.14393/REP-2023-69381. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/69381. Acesso em: 03 ago. 2026.

SAVIANI, Dermeval. **Educação, pedagogia histórico-crítica e BNCC**. Prefácio de Ana Carolina Galvão. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2025. 235 p. ISBN 978-65-5891-164-
7.

SAVIANI, Dermeval. Políticas educacionais em tempos de golpe: retrocessos e formas de resistência. **Roteiro**, Joaçaba , v. 45, e21512, jan. 2020 . Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-

60592020000100202&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 01 jul. 2026. Epub 03-Jun-2020. https://doi.org/10.18593/r.v45i0.21512.

SILVA, Tainá Aparecida Teixeira da; HONORATO, Tony; MARTIN, Carolina. O Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização) no município de Londrina (1970-1983). **Revista Educação e Fronteiras**, Dourados, v. 13, n. 00, e023017, 2023. DOI: https://doi.org/10.30612/eduf.v13i00.18140. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/18140. Acesso em: 11 jun. 2026.

SOUZA, Sauloéber Társio de. O MOBRAL no Pontal de Minas Gerais: entre o voluntariado e a fé (1970-1985). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 21, p. e021035, 2021. DOI: 10.20396/rho.v21i00.8660856. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8660856. Acesso em: 10. jul 2026.

ANEXO - Fascículo A Aventura do Homem: A Indústria (MOBRAL, 1973/1974)


EI 007
40
ENTURA DO HOMEM
ENCICLOPÉDIA FUNDAMENTAL
EDUCAÇÃO INTEGRADA
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO
mobral
A INDÚSTRIA
16
EDITORA
RENES
971
1/32

Presidente da República
ERNESTO GEISEL
Ministro da Educação e Cultura
NEI BRAGA
Secretário-Geral do Ministério da Educação e Cultura
ÁUREO BRANDÃO
Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização MOBRAL
Presidente: Arlindo Lopes Corrêa
Secretária Executiva:
M. Terezinha T. Saraiva

EDITORA RENES
Renaldo A. Essinger, Dir. Geral
Armando S. Campbell, Dir. Editorial

Departamento de Educação

Coordenação-Geral
Alcídio Mafra de Souza
Pesquisa e Textos
Equipe Renes de Educação
Arte
Equipe Renes de Educação
Desenhos
Sálvio Negreiros
Supervisão Gráfica
Miguel Fernandez Guiñas
Revisão Final
Rubem Martins Jorge
Execução Gráfica
AGGS INDÚSTRIAS GRÁFICAS S.A.
Rua Luís Câmara, 535, Rio
CGC 33.058.793/001
Copyright (c) 1973 by
EDITORA RENES LTDA.
Rio de Janeiro
Av. Nilo Peçanha, 50, gr.1.001
Tel.: 221-4721
CGC 33.880.824/001

A INDÚSTRIA

Indústria e Agricultura	4
O começo da indústria	6
Indústria, hoje	8
Com estes, a indústria pode surgir	10
Uma revolução que trouxe o progresso	12
Ontem e Hoje	14
Os direitos dos trabalhadores	16
Máquinas + Energia + Técnica = Indústria Moderna	19
A indústria no Brasil	20
Onde surgem as indústrias	22
Onde fica nossa indústria	24
Construção naval: novas conquistas	27
Norte/Nordeste: sua vez chegou	28
A indústria prepara sua gente	30

A AVENTURA DO HOMEM
ENCICLOPÉDIA FUNDAMENTAL MOBRAL
EDUCAÇÃO INTEGRADA

1 — O UNIVERSO
2 — O ESPORTE
3 — AS COMUNICAÇÕES
4 — OS TRANSPORTES
5 — A DESCOBERTA DO MUNDO
6 — AS INVENÇÕES
7 — ARTE POPULAR
8 — TRADIÇÕES BRASILEIRAS
9 — PATRIMÔNIO HISTÓRICO NACIONAL
10 — A CONQUISTA DA VIDA
11 — OS ANIMAIS
12 — OS VEGETAIS
13 — OS MINERAIS
14 — A NATUREZA
15 — A AGRICULTURA
16 — A INDÚSTRIA
17 — O COMÉRCIO
18 — A HIGIENE
19 — A ALIMENTAÇÃO
20 — AS ARTES
21 — O MAR
22 — A HABITAÇÃO
23 — OS SENTIDOS

2/32

INDÚSTRIA/AGRICULTURA

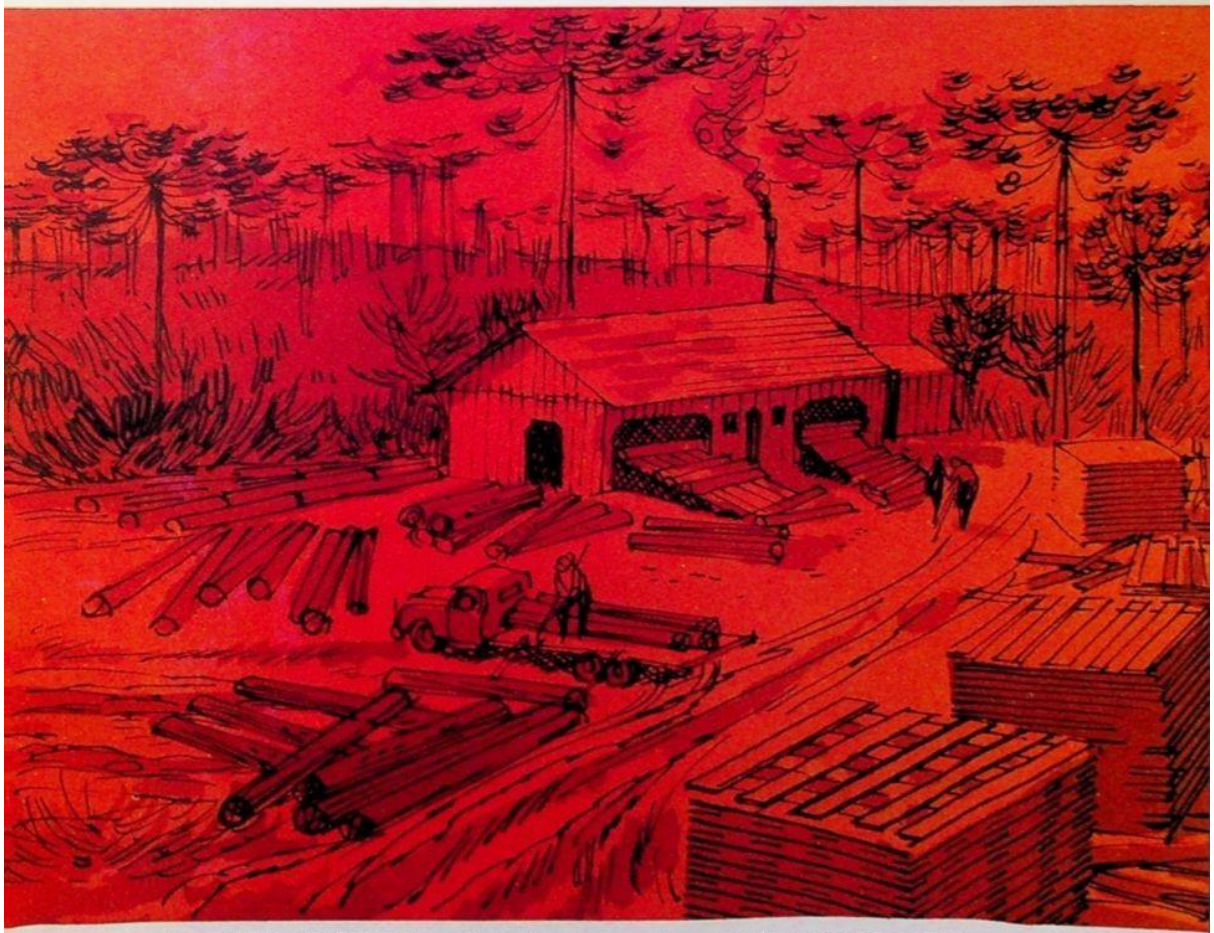
SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS



Numa grande fazenda, como a que se vê na ilustração, há necessidade do uso de máquinas. Mesmo assim, a agricultura difere da indústria.

4/32

A indústria e a agricultura, apesar de certos pontos comuns, diferem em muitos outros. A agricultura, por exemplo, depende do clima e de condições naturais. A indústria, não: ela pode controlar a produção. A indústria também oferece emprego a muitas pessoas, utilizando um espaço bastante pequeno se comparado às áreas reservadas à agricultura. Por esta razão, a indústria acaba por transformar o meio em que aparece: faz crescer a população e, em conseqüência, as cidades.



A madeira do Paraná — Estado que produz anualmente 12 milhões de metros cúbicos de lenha — se destina, também, à indústria de móveis, cujos produtos já estão sendo exportados para outros países do mundo.

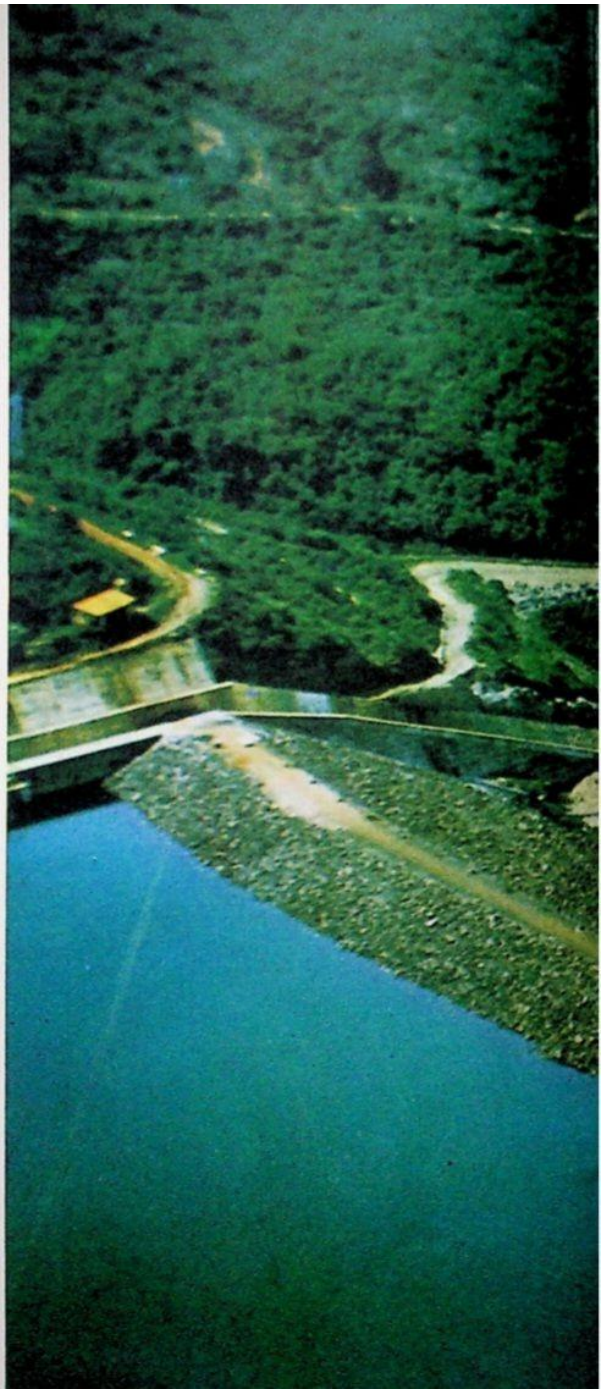
O COMEÇO DA INDÚSTRIA

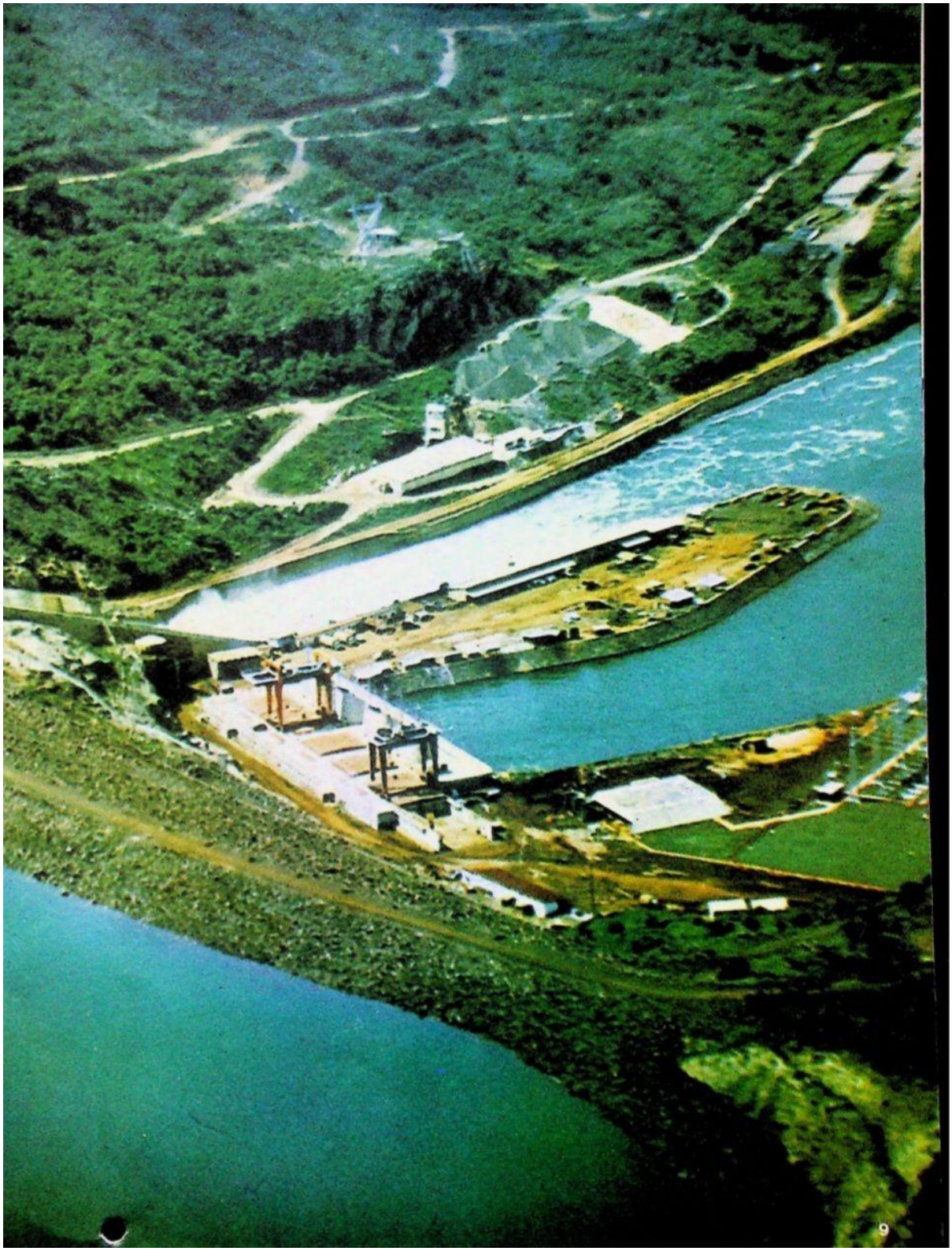
Durante séculos e séculos, antes de aparecerem motores e máquinas, a produção industrial existente era representada por produtos de artesanato. Os estabelecimentos industriais, quase sempre, eram do tipo caseiro, com predomínio do trabalho manual. E os instrumentos que se fabricavam, bem rudimentares. A produção, pequena. E poucos eram, também, os operários. Os processos de produção passavam de pai a filho, quase sem mudanças, de geração a geração. Muitos dos povos antigos — egípcios, fenícios, assírios, gregos, romanos — possuíam uma indústria. Seus produtos podem ser vistos hoje em museus. Os egípcios, por exemplo, já tinham oficinas de tecidos — linho, algodão — trabalhavam em metais e pedras e dispunham de estaleiros para a construção naval. Os assírios possuíam indústrias de armas (como quase todos os povos da Antiguidade) e excelente cerâmica. Os babilônios foram os primeiros a esmaltar e vitrificar o barro, transformando-o em ladrilho. Assírios e babilônios foram os primeiros a manter verdadeiras *escolas profissionais*, que formavam artífices ou melhoravam a técnica dos que já trabalhavam.

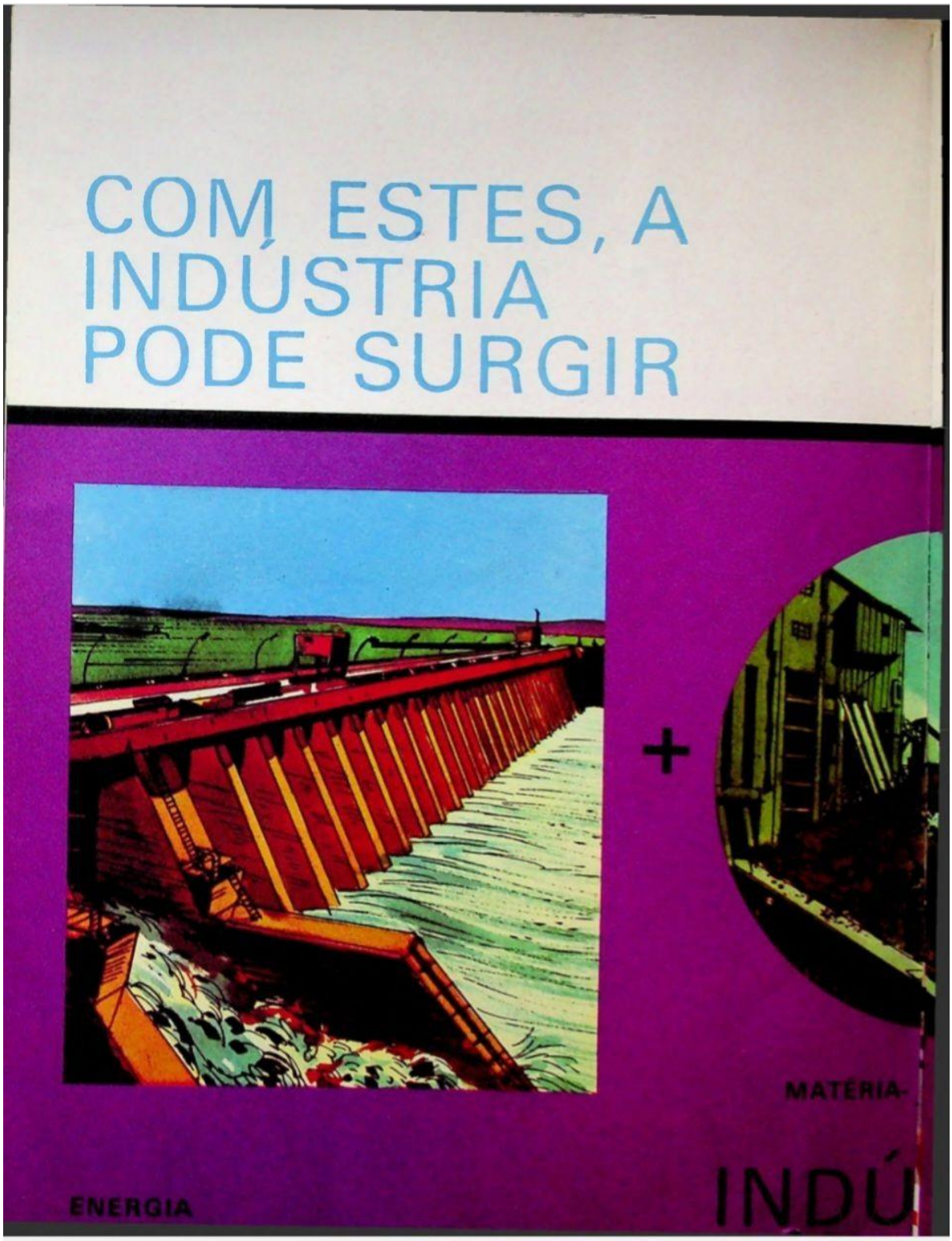

No Egito, eram as mulheres que fabricavam perfumes. No desenho, duas amassam as flores, enquanto outra traz uma cesta com flores-de-lis. Uma cena do começo da indústria, há milhares de anos atrás . . .

INDÚSTRIA, HOJE

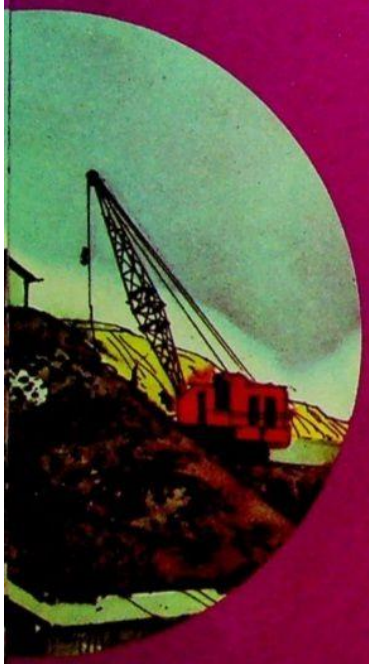
Hoje em dia, as fábricas tomaram o lugar das velhas oficinas. Máquinas e motores cada vez mais complicados substituem os antigos. O número de operários cresceu de modo espantoso. Os processos de produção, ao contrário de outrora, se renovam dia a dia, melhorando sempre a qualidade do produto. Os artigos são produzidos em grande quantidade. A nova indústria fez com que aparecesse a chamada "produção em série". (Cada setor fabrica uma parte do produto e, no final, há a montagem.) É o que acontece, por exemplo, com carros, bicicletas, refrigeradores etc.: há um encadeamento contínuo de operações.





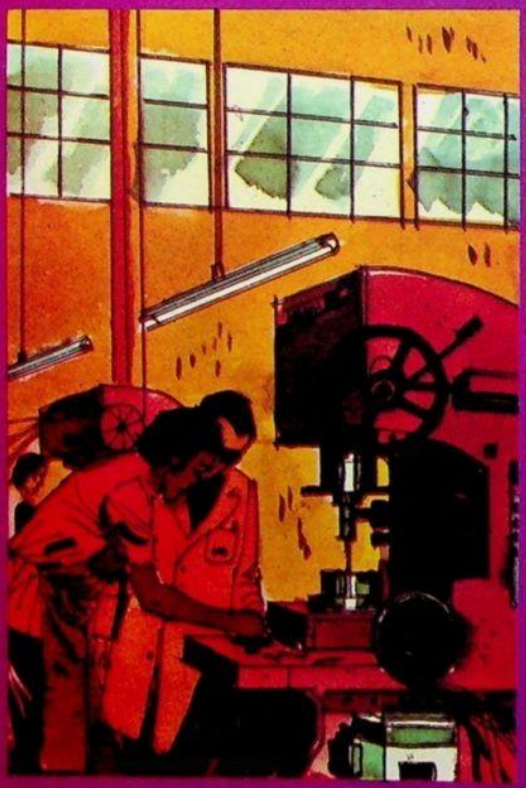

COM ESTES, A
INDÚSTRIA
PODE SURGIR
+
ENERGIA
MATÉRIA-
INDÚ

Para que a indústria se desenvolva, três fatores são essenciais: *energia*, *matéria-prima* e *mão-de-obra especializada*. A energia vem do carvão, do petróleo, das hidrelétricas. A matéria-prima vem de produtos vegetais, animais e minerais. A agricultura fornece muitas delas. A mão-de-obra especializada consiste no número sempre crescente de operários que aprendem, no próprio trabalho ou em escolas, o melhor modo de desempenhar sua função.



PRIMA

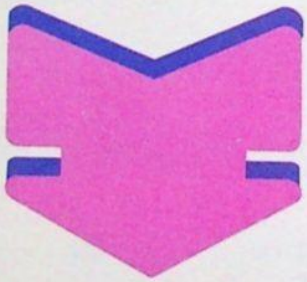
STRIA



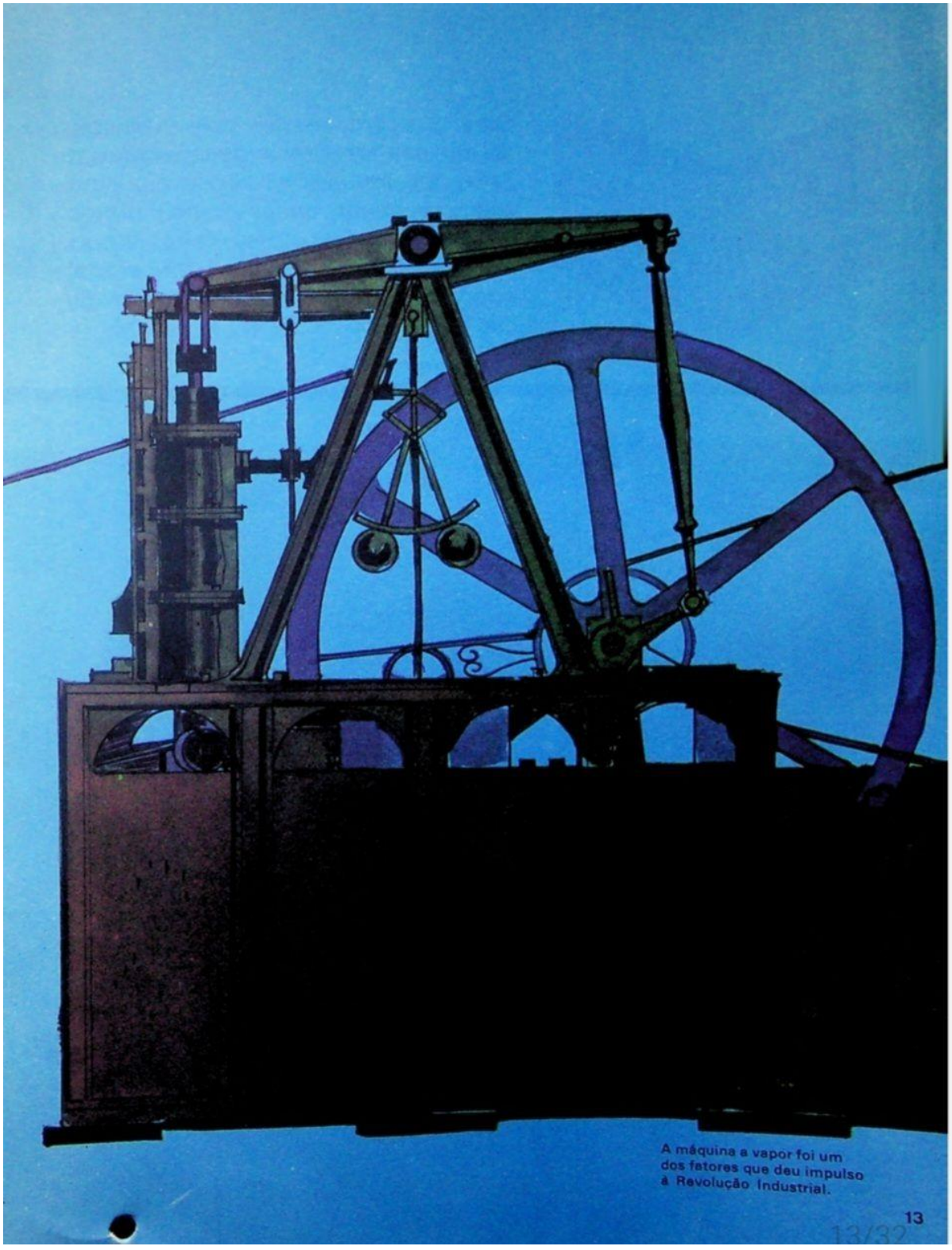
MÃO-DE-OBRA ESPECIALIZADA

UMA REVOLUÇÃO QUE TROUXE O PROGRESSO:

A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL



Por volta do Século XV — um pouco antes da descoberta do Brasil — o desenvolvimento do comércio fez com que surgissem verdadeiras concentrações de indústrias. Na Inglaterra, Alemanha e Holanda, a indústria de tecidos era a que tinha maior importância. As grandes descobertas do homem no século XVIII — por volta de 1750 — fizeram com que se desse, enfim, a Revolução Industrial. A invenção que a provocou foi a da *máquina a vapor*, que teve aplicação imediata nos teares mecânicos e nas máquinas de despolpamento do algodão, entre outras. Com o aparecimento da locomotiva e da estrada de ferro, dando escoamento rápido aos produtos industrializados, o mundo começou a passar por uma transformação que, em poucos anos, tornaria as cidades e a própria vida do homem completamente diferentes.



A máquina a vapor foi um dos fatores que deu impulso à Revolução Industrial.

ONTEM

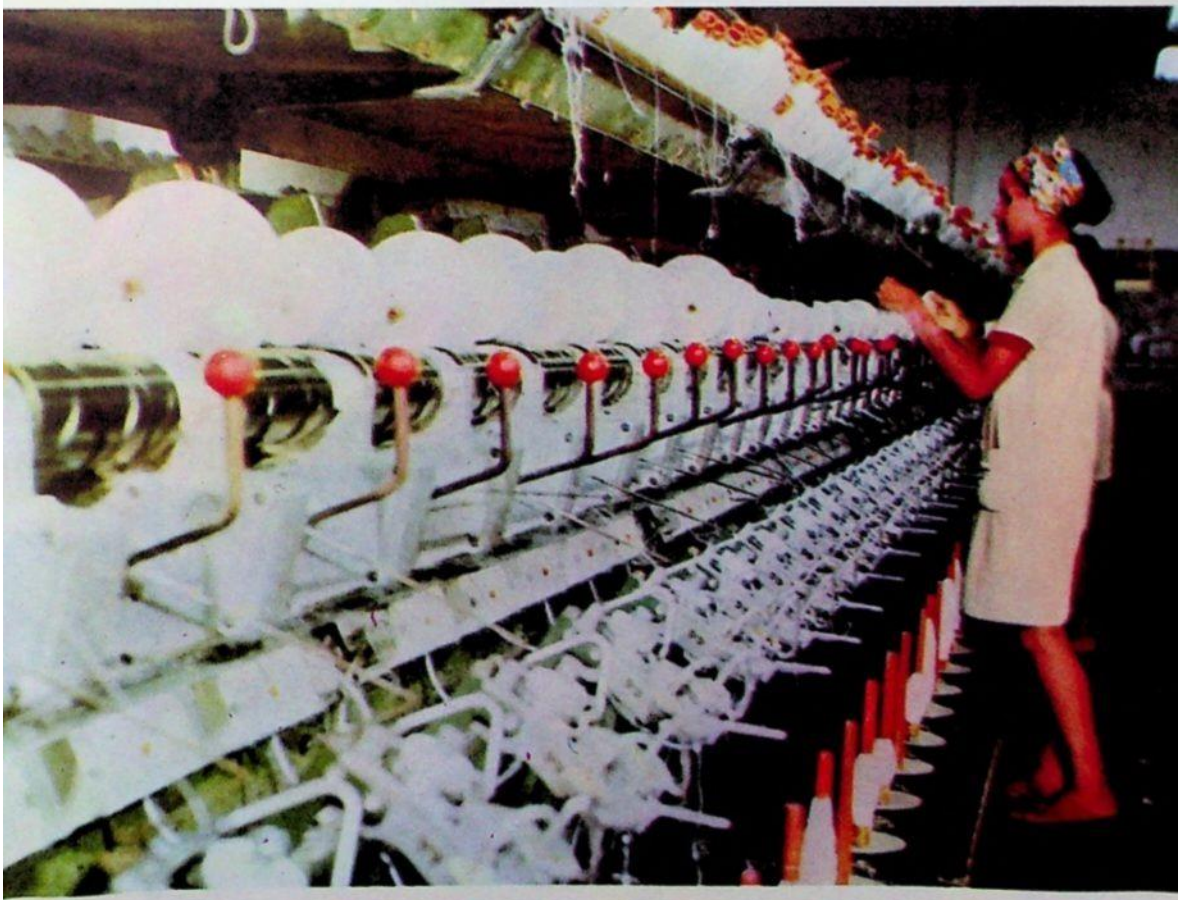
Com o aparecimento das máquinas, as oficinas artesanais desapareceram. Entre as populações rurais ela ainda existe, servindo quase como "marca" de cada lugar: tecelões, oleiros, latoeiros, ferreiros são ofícios tradicionais que vêm do período anterior à Revolução Industrial.



Nos teares antigos os tecidos eram rústicos e em pequena quantidade.

Agora, a construção de inúmeras centrais elétricas, o estabelecimento de uma imensa rede de transmissão de energia elétrica, o surgimento de usinas atômicas, o petróleo e seus derivados deram à indústria um desenvolvimento difícil de imaginar há menos de 100 anos atrás.

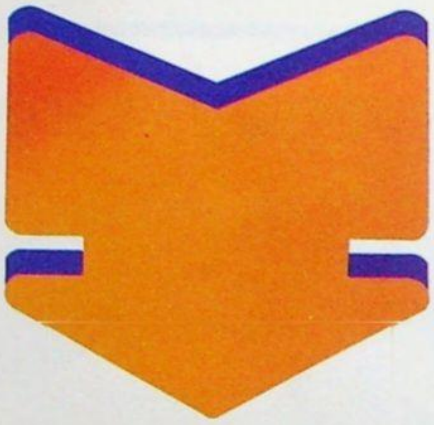
HOJE



Hoje, as fábricas de confecção de roupas, produzindo em série, fazem milhares de peças por dia.

15/32

OS DIREITOS DOS TRABALHADORES



Com o surgimento de um grande número de fábricas e, em conseqüência, de milhares de operários, fez-se sentir a necessidade de leis que regularizassem e amparassem o trabalhador. As Leis Trabalhistas, desde então, passaram a zelar pela duração da jornada de trabalho, pela proteção ao menor empregado, pela higiene e segurança no trabalho, pelas férias, contratos coletivos, salário-família, participação dos trabalhadores nos lucros das empresas etc. Foi também nessa época que apareceram os Sindicatos.



Equipamento especial protege o operário que trabalha em condições mais difíceis.



Interior de uma moderna hidrelétrica: um espetáculo de tecnologia.

MÁQUINAS + ENERGIA = TÉCNICA = INDÚSTRIA MODERNA

A indústria moderna, empregando mão-de-obra variadíssima, se baseia na utilização de *máquinas* e na aplicação de técnicas cada vez mais aperfeiçoadas e no consumo de uma quantidade considerável de energia.

As indústrias mais importantes são as de *transformação*. Foram elas que, por seu extraordinário desenvolvimento, revolucionaram o mundo em que vivemos.

São indústrias de transformação: a do aço, do alumínio, do chumbo, cimento, cobre de fundição, cobre refinado, coque metalúrgico, ferro gusa, papel, pasta de madeira, e muitas outras.

Além das indústrias de *base* (ver página 9) existem, também, as de consumo: entre estas, as alimentícias, que se modificaram bastante com a produção em larga escala. Os enlatados e os sucos estão entre elas.

A INDÚSTRIA NO BRASIL

Durante muito tempo, o Brasil esteve voltado principalmente para a agricultura. Era das oficinas artesanais que saíam poucos produtos, principalmente tecidos e ferramentas. Quase tudo era importado. Até manteiga! Por volta de 1880, apareceram as primeiras máquinas — vindas também de fora — e, com elas, as primeiras indústrias de tecidos.

Durante a Primeira Guerra Mundial (1914/1918), pela dificuldade de importação, o Brasil começou a fabricar utensílios, máquinas leves, alimentos em conserva. Mas só com a Segunda Guerra Mundial (1939/1945) se iniciou a verdadeira industrialização do país. O marco desta arrancada para o progresso foi a implantação da Usina de Volta Redonda, da Companhia Siderúrgica Nacional. Daí para cá, aquele salto: máquinas de todo tipo, aparelhos elétricos, eletrônicos, automóveis, navios . . . *AGORA, quem exporta somos nós!*



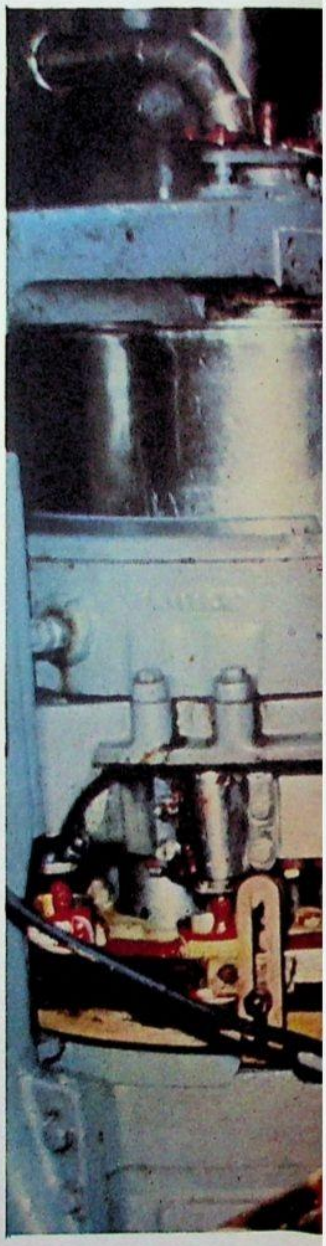


Torres de petróleo: um cenário comum no Brasil de hoje.

ONDE SURGEM AS

Para o surgimento das indústrias, é necessário haver condições favoráveis: *capital*, *mercado de consumo* (quem compra), *energia*, *transportes*, *mão-de-obra*, *matéria-prima*. Às vezes, a existência de algumas compensa a falta de outras.

Mas, nossa indústria também conta histórias, e muitas delas tiveram um começo semelhante ao das Fábricas Peixe. Foi em 1898, na cidade de Pesqueira, em Pernambuco, que um casal — Carlos e Maria da Conceição de Britto — comprou um tacho de cobre. E os dois começaram a fabricar goiabada em casa. Três anos depois já se fabricavam 17 mil quilos de Goiabada Peixe. Hoje, aquela indústria, que começou numa cozinha pernambucana, é uma das principais indústrias brasileiras de alimentos.



Em São Paulo existem inúmeras fábricas de alimentos. Uma delas é a de extrato de tomate. Calcula-se que, por ano, os brasileiros consomem cerca de 25 milhões de quilos deste produto.

INDÚSTRIAS . . .





Veja no gráfico o número aproximado de operários em nossas maiores indústrias

OPERÁRIOS NAS IN



350.000 TÊXTIL

300.000 ALIMENTOS

300.000 METALURGIA





ONDE FICA NOSSA INDÚSTRIA

O Brasil tem indústrias em todos os seus Estados. Mais em alguns, menos em outros. A região Sudeste é a que mais se industrializou. As maiores concentrações de fábricas estão em São Paulo e arredores: Sorocaba, Campinas, Piracicaba. É aí, também, que se concentra a maior parte da indústria automobilística. A segunda área em industrialização é a do Rio de Janeiro e arredores. Uma das suas indústrias mais destacadas é a da construção naval. Minas, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Bahia e Recife são outros grandes centros industriais brasileiros.


26

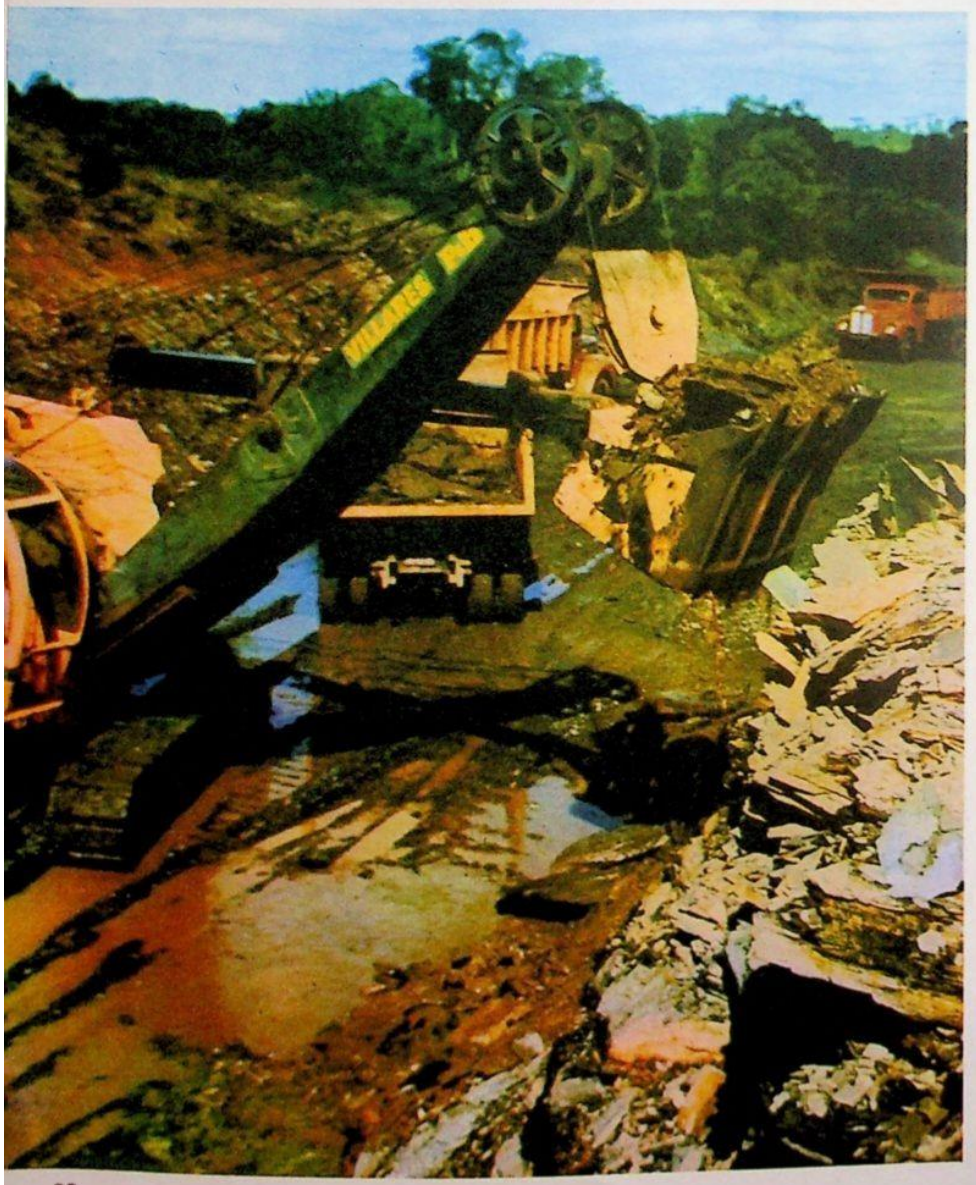


CONSTRUÇÃO NAVAL: NOVAS CONQUISTAS

A Marinha Mercante do Brasil conta hoje com cerca de 550 navios. Muitos deles construídos aqui mesmo, em nossos estaleiros: quase quarenta, em todo país. Nossos estaleiros, além disso, já começaram a atender encomendas externas. Com o aumento de nossa frota, o Brasil começa a conquistar novos caminhos, explorando mercados para os produtos de nossas indústrias. Em breve, haverá produtos brasileiros em todos os portos do mundo.

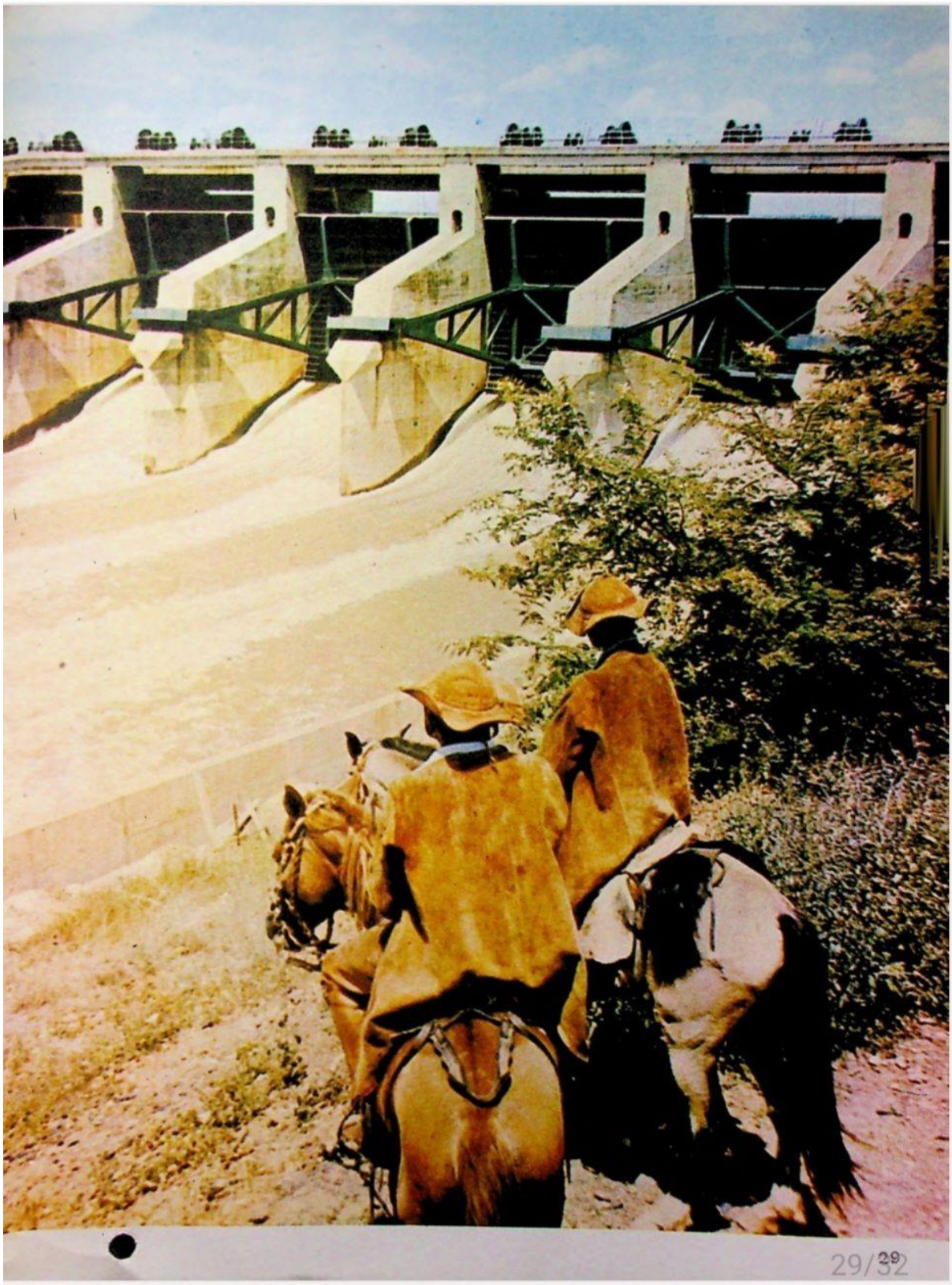
NORTE/NORDESTE:

SUA VEZ CHEGOU



A Amazônia, rica em minérios, já recebe navios do mundo inteiro. O Maranhão teve na exploração de minérios um estímulo ao merecido progresso da região.

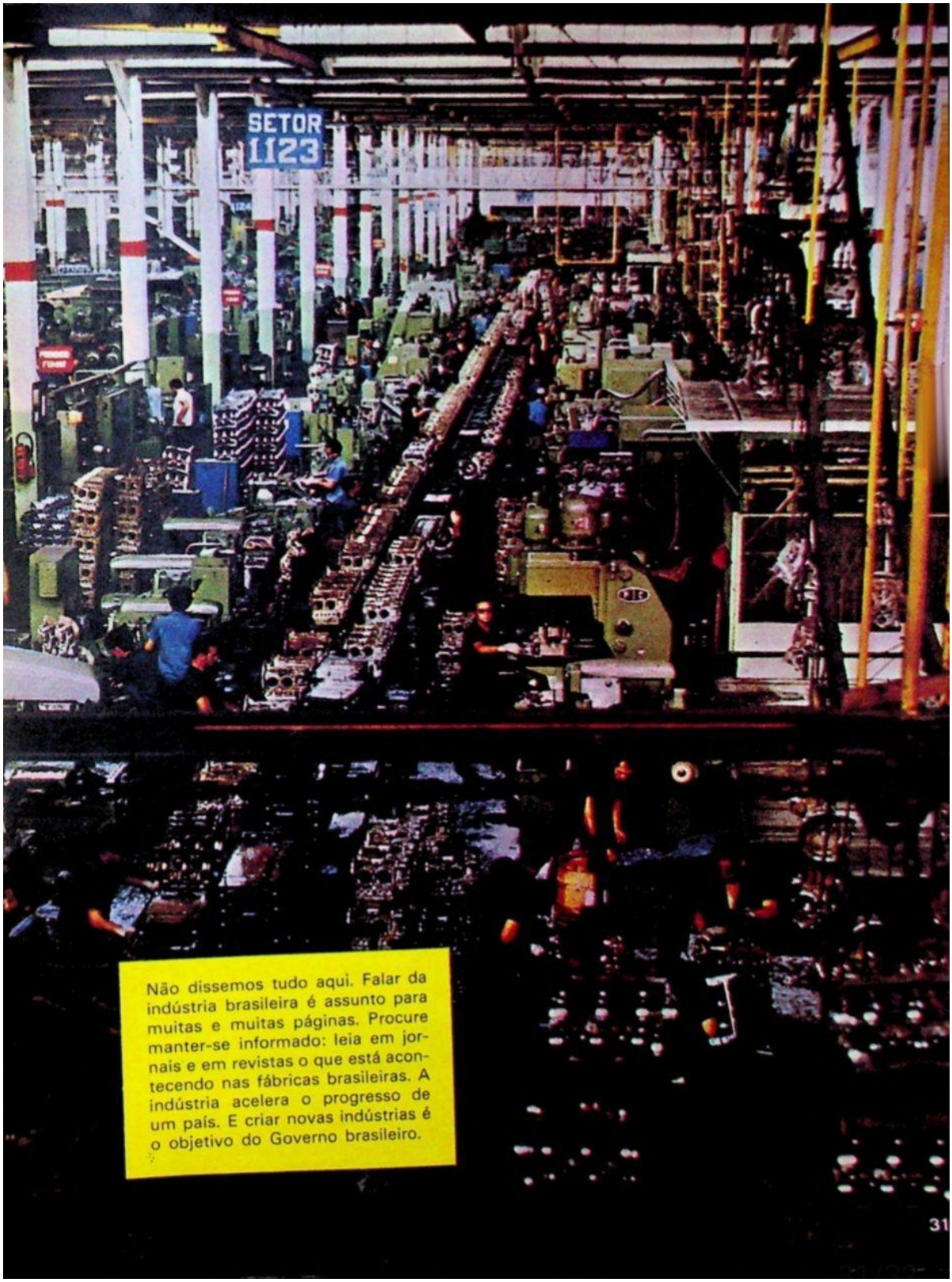
Barragem de Boa Esperança: o começo de um novo futuro para o Piauí.


29/32

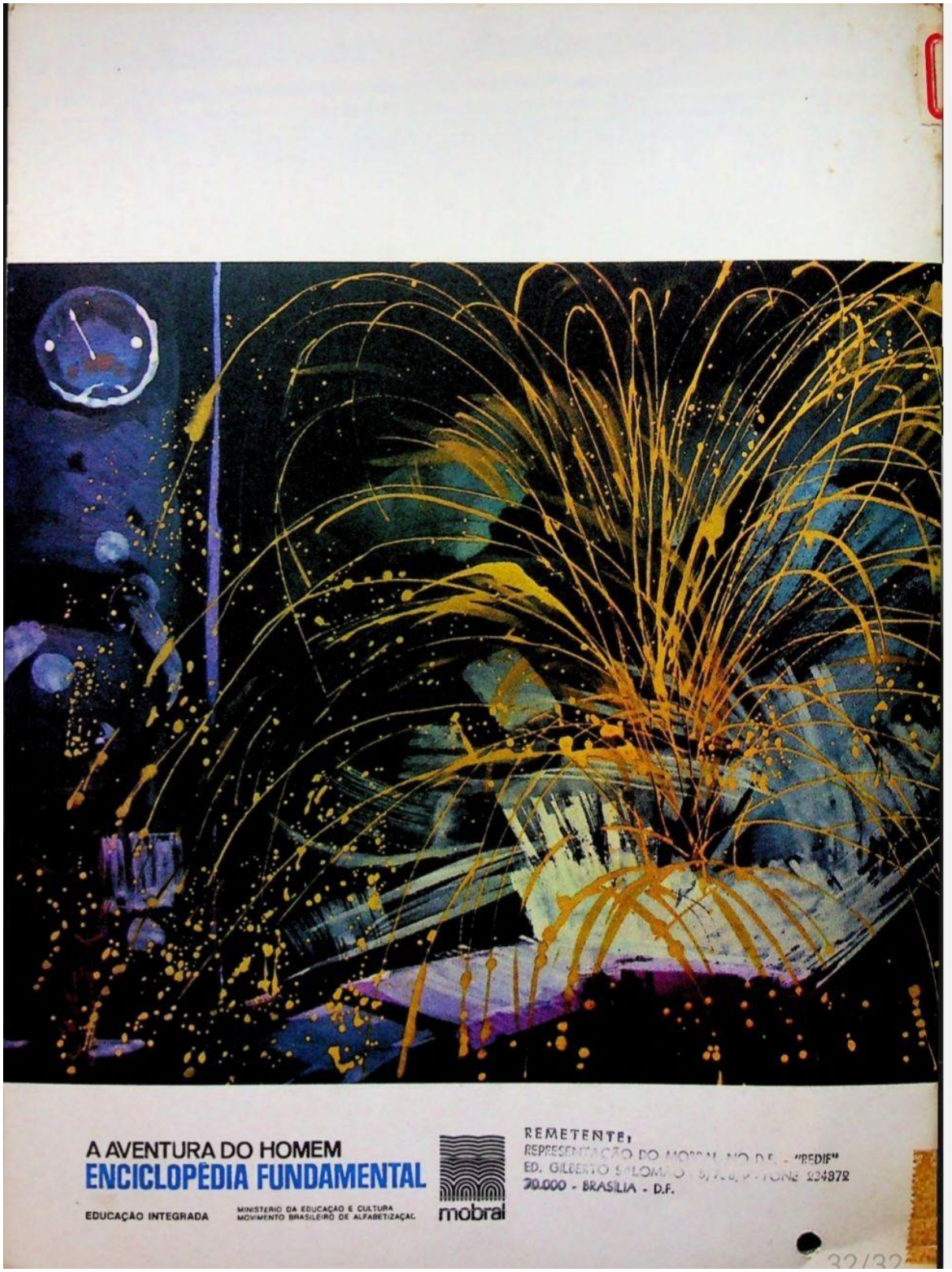
A INDÚSTRIA PREPARA SUA GENTE

O SESI e o SENAI são duas entidades da Confederação Nacional da Indústria. Atuam no Brasil, de norte a sul. Não só os trabalhadores são atendidos em seus cursos de treinamento. Também as esposas dos operários freqüentam aulas em que aprendem como aumentar sua renda familiar. Nos cursos técnicos de aprendizagem, treinamento e especialização há menores e adultos. Em 1973, mais de 350 mil pessoas conheceram os benefícios das aulas do SESI e do SENAI. Algumas destas aulas foram dadas na Transamazônica, mostrando o seu grande poder de penetração.





Não dissemos tudo aqui. Falar da indústria brasileira é assunto para muitas e muitas páginas. Procure manter-se informado: leia em jornais e em revistas o que está acontecendo nas fábricas brasileiras. A indústria acelera o progresso de um país. E criar novas indústrias é o objetivo do Governo brasileiro.


A AVENTURA DO HOMEM
ENCICLOPÉDIA FUNDAMENTAL
EDUCAÇÃO INTEGRADA
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO
mobral
REMETENTE:
REPRESENTAÇÃO DO MOBRAL NO D.F. - "REDIF"
ED. GILBERTO SALOMÃO
70.000 - BRASÍLIA - D.F.